

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/12/2015 a 31/12/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Jornal Folha de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiárias: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

Brasil avança na implantação de REDD+. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente. 01/12/2015.....	6
Forte queda na exportação de bois vivos. Cristiano Zaia - Valor Econômico, Agronegócios. 01/12/2015.	6
Argentina PLA amplia exportação a partir da subsidiária brasileira. Sérgio Ruck Bueno- Valor Econômico, Agronegócios. 02/12/2015.	8
Preços dos lácteos têm alta moderada em leilão internacional. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico, Agronegócios. 02/12/2015.....	8
Mais de mil empresas brasileiras devem utilizar o Canal Azul até o fim do ano, estima o Mapa – MAPA. 02/12/2015.	9
Brasil é campeão em energia limpa. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente. 02/12/2015	10
Fibria quer criar gigante regional de celulose. Altamiro Silva Junior – Jornal O Estado de São Paulo. 03/12/2015	11
BRF amplia lista de aquisições no exterior. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 03/12/2015.	11
Usinas do Brasil travam 55% da exportação de açúcar de 2016/17. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 03/12/2015.	13
COP 21 e os desafios para a agropecuária. Rui Daher. Carta Capital, publicado 04/12/2015	13
Missão japonesa avaliará frigoríficos brasileiros para comércio de carne – MAPA. 04/12/2015.....	15
Aprovada a abertura de painel contra Indonésia. Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 04/12/2015.	15
Brasil conclui reabertura do mercado mundial de carne bovina – MAPA. 04/12/2015.....	16
Crise na Venezuela reduz exportações brasileiras. Lauro Veiga - Valor Econômico, Agronegócios. 04/12/2015.	17
Paulista Utam avança no segmento de cápsulas, mas prevê receita estável. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico, Agronegócios. 04/12/2015.....	18
CNA comemora certificado de embarque de gado vivo para a Bolívia -CNA. 07/12/2015.....	19
Japão reabre mercado a carne termoprocessada do Brasil após três anos. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 07/12/2015.....	20
Índice de preços de café da OIC tem em novembro menor nível em 2 anos. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico, Agronegócios. 07/12/2015.....	20

República da Coréia pesquisa desempenho da safra brasileira – CONAB. 08/12/2015.....	21
Cargill planeja avanço na área de ração. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 09/12/2015.	22
Importações chinesas de soja seguem em expansão. Mariana Caetano e Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 09/12/2015.	23
Exportações do agronegócio aumentaram 8,2% em novembro – MAPA. 09/12/2015.	24
Apex busca CNA para promover mais exportação agropecuária – CNA. 09/12/2015.....	25
Embarque de café deve alcançar nova marca histórica. Alda do Amaral Rocha e Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 10/12/2015.	26
Embarque de carne bovina in natura aos EUA deve começar no 2º semestre. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 10/12/2015.....	26
Oferta menor eleva preços do suco. Camila Souza Ramos e Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 10/12/2015.	27
CTNBio aprova nova soja transgênica da Dow AgroSciences. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 10/12/2015.	28
Reação nas exportações do campo. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 10/12/2015.	28
Em São Paulo, Tatiana Palermo destaca avanços das exportações do agronegócio – MAPA. 11/12/2015.	29
Exportações de carne bovina recuam 17% no ano. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 11/12/2015.	30
Aumento da colheita de laranja no Brasil não deverá ampliar oferta de suco. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 11/12/2015.	31
Comércio externo é única fonte de crescimento no Brasil atualmente, diz CNI. Álvaro Campos – Jornal O Estado de São Paulo. 11/12/2015	32
Mundo aprova acordo histórico em defesa do clima. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente. 12/12/2015	33
Licenciamento ambiental é dilema para chineses. André Borges – O Estado de São Paulo. 13/12/2015.....	34
China quer usina de carvão no Brasil. André Borges – Jornal O Estado de São Paulo. 13/12/2015	35
Valorização do cacau pressiona indústria. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 14/12/2015.	36
Ministro defende atuação intensa do Brasil no exterior – Jornal O Estado de São Paulo. 14/12/2015.....	37

Pelo fortalecimento da agricultura familiar na América Central. Site do MDA, terça-feira, 15 Dezembro, 2015	38
Picos tarifários dificultam entrada de produtos agropecuários no mercado da China – CNA. 15/12/2015.....	39
Kátia Abreu avalia o fim de impostos agrícolas na Argentina – MAPA. 15/12/2015.	40
Objetivo brasileiro é negociar acordos além do Mercosul. Vivian Codogno – O Estado de São Paulo. 15/12/2015	40
Exportações brasileiras podem crescer US\$ 1,9 bi/ano com a conquista de mercados em 2015 – MAPA. 15/12/2015.....	42
Sem impostos de exportação agropecuária na Argentina, produtor brasileiro enfrentará maior concorrência em curto prazo – CNA. 16/12/2015.....	43
Persiste pressão de oferta de lácteos. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico, Agronegócios. 16/12/2015.	44
Texto na OMC propõe fim de subsídios agrícolas à exportação em 2020. Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 17/12/2015.	44
Nestlé privilegia café nacional nos blends de sua nova fábrica. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico, Agronegócios. 17/12/2015.....	46
Brasil vai exportar material genético bovino e bubalino para Costa Rica – CNA. 17/12/2015.....	47
Pela segurança alimentar na América Latina. Jalila Arabi e Tássia Navarro. Site do MDA, sexta-feira, 18 Dezembro, 2015	48
Orcamento dos EUA é aprovado sem restrições à carne bovina do Brasil. Luiz Henrique Mendes- Valor Econômico, Agronegócios. 18/12/2015.	49
Lobby contra carne bovina do Brasil nos EUA arrefece. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 18/12/2015.	49
A redução de emissões e o setor elétrico. Claudio Sales – Jornal O Estado de São Paulo. 19/12/2015.....	50
OMC elimina subsídios agrícolas e beneficia países em desenvolvimento. Folha de São Paulo, 19/12/2015.....	51
Kátia Abreu: eliminação global de subsídios às exportações é conquista para o agronegócio brasileiro – MAPA. 20/12/2015.	52
Exportação agrícola dos ricos vai perder subsídios. Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 21/12/2015.	53
Mais usinas de cana podem ser vendidas no Brasil, diz corretora – Valor Econômico, Agronegócios. 21/12/2015.	54
CNA discute potencial brasileiro para atrair novos mercados internacionais para o setor agropecuário – CNA. 21/12/2015.	55

Exportações de milho podem incentivar plantio na safra de inverno. Luiz Henrique Mendes- Valor Econômico, Agronegócios. 21/12/2015.	56
Mercosul fará proposta para novos produtos – Valor Econômico. 21/12/2015.	56
Acordo comercial expande negócios. Juan Garrido – Valor Econômico. 21/12/2015.	57
Brasil precisa se inserir em todos os tipos de acordos – Valor Econômico. 21/12/2015.	58
Setor tem papel de destaque nas negociações comerciais. Gleise de Castro – Valor Econômico, Agronegócios. 21/12/2015.	59
Exportações em alta refletem agilidade – Valor Econômico. 21/12/2015.	60
Meta é aproximar o país dos grandes. Gleise de Castro – Valor Econômico. 21/12/2015.	60
Soja pode levar Brasil à OMC contra EUA. Assis Moreira e Fernando Lopes - Valor Econômico. 22/12/2015.	61
OMC define acordos com regras mais justas para o comércio agrícola internacional, em Nairóbi – CNA. 22/12/2015.	62
Fundo árabe investe R\$ 750 milhões na Minerva. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 23/12/2015.	63
Menos carbono. Celso Ming – Jornal O Estado de São Paulo. 27/12/2015	65
Após venda de 20% para fundo árabe, S&P mantém rating da Minerva – Valor Econômico. 27/12/2015.	66
Exportações por portos do Arco Norte aumentam 51% de janeiro a novembro deste ano – MAPA. 28/12/2015.	66
Exportadores de frutas buscam novos mercados. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 28/12/2015.	67
Americana Gavilon e paranaense Moageira criam trading de trigo. Mariana Caetano e Carolina Oms – Valor Econômico, Agronegócios. 29/12/2015.	68

Brasil avança na implantação de REDD+. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente. 01/12/2015

O Brasil implantará a Estratégia Nacional para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal, e o papel da conservação dos estoques de carbono florestal, do manejo sustentável de florestas e do incremento dos estoques de carbono florestal (ENREDD+). A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, anunciou a medida nesta terça-feira (01/12), na Cúpula do Clima, a COP 21, em Paris. A estratégia reafirma a liderança brasileira no assunto.

Além de um novo acordo climático global, as negociações da COP 21 devem consolidar as últimas decisões sobre REDD+, o que dará início à fase de implantação da medida. O termo se refere à arquitetura internacional de pagamento por resultados nacionais comprovados de redução de emissões provenientes do desmatamento, da conservação dos estoques de carbono florestal, do manejo sustentável de florestas e do incremento dos estoques de carbono florestal.

ECONOMIA FLORESTAL

Um dos objetivos será fomentar a economia florestal sustentável no Brasil. A ministra afirmou que, para isso, o governo federal apostará em parcerias com diversos setores da sociedade. “Vamos adotar o REDD+”, declarou Izabella, em painel promovido pela França e pelo Peru, país que sediou a COP do ano passado. “Se o intuito é ir além do combate ao desmatamento, é preciso investir em políticas para usar a floresta de maneira sustentável.”

A implantação da ENREDD+ será acompanhada por uma comissão criada por decreto publicado na última semana. Presidida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), será formada por representantes de órgãos dos governos federal, estaduais e municipais e da sociedade civil. O objetivo é dedicar-se a questões como o acesso aos pagamentos por resultados e as salvaguardas.

HISTÓRICO

No ano passado, o Brasil foi o primeiro a submeter o nível de referência de emissões florestais e o anexo técnico com os resultados de REDD+ obtidos no bioma Amazônia entre 2006 e 2010. Ambas receberam avaliação positiva dos especialistas indicados para a avaliação pela Convenção sobre Mudanças do Clima das Nações Unidas (UNFCCC).

Os níveis de referência de emissões florestais servem como parâmetro para mensuração dos resultados de REDD+ e são preparados de acordo com critérios técnicos acordados no âmbito da UNFCCC. O nível de referência encaminhado pelo Brasil em 2014 cobre a atividade de desmatamento por corte raso no bioma Amazônia. O País desenvolverá novas submissões para contemplar outras atividades de REDD+, como a degradação florestal e o aumento de estoques de carbono florestal, e para abranger outros biomas nacionais.

Forte queda na exportação de bois vivos. Cristiano Zaia - Valor Econômico, Agronegócios. 01/12/2015.

O naufrágio de cerca de 5 mil bois destinados à exportação no porto de Vila do Conde, em Barcarena (PA), agravou um pouco mais a tendência de queda dos embarques brasileiros desses animais vivos neste ano. A tragédia, que aconteceu no início de outubro e até hoje mantém o porto fechado para esse tipo de operação, envolveu um

navio de bandeira libanesa que navegava rumo à Venezuela, maior mercado para as vendas do Brasil. E, ironicamente, é a fraca demanda venezuelana a principal razão para o expressivo recuo nos negócios nessa frente em 2015.

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic) compilados pelo Ministério da Agricultura, as exportações de bois vivos do país renderam, no total, US\$ 189,9 milhões de janeiro a outubro deste ano (192,1 mil cabeças), 68,3% menos que em igual período de 2014 (US\$ 598,3 milhões, ou 581,7 mil cabeças). Nos dez primeiros meses deste ano, a Venezuela representou US\$ 115 milhões, uma queda de 76% em igual comparação.

Em todo o ano passado, foram US\$ 680,9 milhões, já com uma retração de 5,9% em relação a 2013. Mas a Venezuela evitou que o tombo fosse maior, já que suas compras cresceram 2,7%, para US\$ 560,4 milhões - ou 82,3% do valor total. Foi a desvalorização da moeda venezuelana frente ao dólar, agravada pela queda dos preços internacionais do petróleo, que fez o país passar de herói a vilão. Com o poder de compra reduzido, a Venezuela, que usa esses animais para compensar seu pequeno rebanho e manter alguns frigoríficos em operação, pisou no freio.

De acordo com informações da Associação Brasileira de Exportadores de Gado (Abeg), já nos últimos meses de 2014 eram evidentes os sinais de declínio das exportações ao mercado venezuelano, sobretudo em Barcarena, responsável por mais de 90% do escoamento total, que é liderado pela Minerva Foods, dona da carga que naufragou em outubro. E, por mais que tenha havido uma diversificação de destinos das vendas nos últimos anos, uma recuperação consistente dependerá da Venezuela.

Conforme Décio Coutinho, que nesta terça-feira deixa o cargo de secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura - ele vai se aposentar como servidor público em Mato Grosso -, há acordos sanitários que permitem embarques para outros cinco países além da Venezuela: Líbano, Jordânia, Turquia, Iraque e, mais recentemente, Bolívia. Neste momento, disse ele, já está em andamento a negociação de certificados sanitários para que Vietnã, China, Malásia e Ilhas Maurício entrem nessa lista.

Do total de 40 países que exportam bovinos vivos no mundo, o Brasil está entre os cinco maiores, responsáveis por 65% do comércio global. Os outros líderes são Canadá, França, Austrália e México. No ano passado, a participação brasileira no total foi de 7,3%. "Esse negócio está indo de vento em popa, com um crescimento vertiginoso, e temos demanda de empresas brasileiras para abrir outros países, principalmente no Golfo Pérsico", afirmou Coutinho ao Valor.

É claro que, como reconheceu Coutinho, a suspensão dos embarques em Vila do Conde atrapalha, mesmo que temporariamente, o avanço desse comércio. Mas tanto ele quanto Gil Reis, superintendente da Abeg, não acreditam que a paralisação será longa. "Não acredito que o cenário atual seja preocupante, principalmente pelo fato de o Brasil ter uma grande capacidade de produção pecuária, de alta qualidade, e também estar apto tecnicamente a operar com segurança a atividade de exportação de bois vivos", destaca o representante da associação dos exportadores.

Fontes do segmento também não acreditam que serão aceitos pelo governo pleitos como o de 2012, quando a indústria de carne bovina do Brasil pediu à Câmara de Comércio Exterior (Camex), sem sucesso, a criação de uma tarifa de 30% sobre as exportações de bovinos vivos. Na época, a alegação foi que essas vendas agregavam menos valor ao boi, que deixa de ser abatido e processado no país.

Argentina PLA amplia exportação a partir da subsidiária brasileira. Sérgio Ruck Bueno- **Valor Econômico, Agronegócios. 02/12/2015.**

Mais competitiva a partir da desvalorização do real em 2015, a subsidiária brasileira da fabricante argentina de pulverizadores agrícolas autopropelidos PLA começa a se transformar em uma base de exportação e a absorver parte das encomendas antes atendidas pela matriz a partir de Las Rosas, na Província de Santa Fé. Os dois primeiros equipamentos foram embarcados neste ano para a Romênia, mas para 2016 a estimativa é que as vendas externas já alcancem entre 15 e 20 unidades.

Segundo o diretor comercial e de marketing da PLA do Brasil, Renato Silva, as exportações da fábrica de Canoas (RS) são favorecidas, além do câmbio, por linhas inexistentes na Argentina como o Proex, do Banco do Brasil, que financia as operações em até três anos com juros atrelados à Libor. A subsidiária também aproveita a rede de revendedores nas Américas do Sul e do Norte e no Leste Europeu.

A PLA do Brasil vai se especializar nas vendas externas de equipamentos com transmissão hidrostática, enquanto a matriz seguirá exportando os pulverizadores com transmissão mecânica. Conforme Silva, já há quatro encomendas fechadas para a Romênia no primeiro bimestre e produtos em demonstração em vendas no Uruguai e no Paraguai.

O mercado externo é uma das alternativas da empresa para driblar a retração do mercado brasileiro, que em 2014 já havia caído cerca de 30%, para 2,6 mil pulverizadores, e deve fechar este ano entre 1,9 mil e 2 mil máquinas, acredita o executivo. Para 2016, ele espera uma leve recuperação, para 2,1 mil unidades.

Conforme o diretor, 2015 foi um ano "atípico" para o setor no país, formado por cerca de uma dezena de fabricantes nacionais e multinacionais como Stara, Kuhn Jacto, John Deere e New Holland, devido à crise econômica. Mesmo assim, a PLA do Brasil espera encerrar o ano com receita bruta de R\$ 43 milhões (pouco menos de 10% do faturamento global da empresa), ante R\$ 32 milhões em 2014, enquanto o volume de máquinas vendidas deve avançar de pouco menos de 80 para quase cem.

O crescimento, de acordo com Silva, deveu-se ao lançamento, em fevereiro, do menor pulverizador do portfólio, com capacidade para 2 mil litros de defensivos, destinado a pequenos e médios produtores. Até então a PLA do Brasil tinha produtos com tanques de 2,5 mil a 3,5 mil litros e a nova máquina já respondeu por 52% do volume de vendas no ano.

Agora a empresa está desenvolvendo um equipamento ainda menor, que poderá ser enquadrado no programa Mais Alimentos, do governo federal, e outro com capacidade superior a 3,5 mil litros. Ambos serão lançados em 2016, e com a oferta de produtos ampliada mais as exportações, a PLA do Brasil espera vender em 2016 entre 115 e 130 máquinas. O faturamento deve crescer em um ritmo um pouco menor devido à alta mais forte na comercialização de equipamentos menores.

Preços dos lácteos têm alta moderada em leilão internacional. Alda do Amaral Rocha – **Valor Econômico, Agronegócios. 02/12/2015.**

SÃO PAULO - Depois de registrarem quedas desde meados de outubro, os preços internacionais do leite em pó no leilão da plataforma Global Dairy Trade (GDT) voltaram a ter alta moderada no último pregão, realizado ontem. As cotações do leite em pó integral subiram 5,3%, para US\$ 2.260 por tonelada. Já as cotações do leite em

pó desnatado subiram 3,2%, para US\$ 1.918 por tonelada, conforme dados divulgados pela plataforma. Os preços negociados nesses leilões são referência para o mercado internacional de lácteos.

Para Valter Galan, analista da MilkPoint, consultoria especializada em lácteos, a tendência é que até meados de 2016 os preços do leite em pó integral oscilem entre US\$ 2.200 e US\$ 2.500, mantidos os atuais fundamentos de aumento da produção em algumas regiões do mundo e estoques elevados de lácteos tanto em países exportadores quanto em importadores.

“Antes de 2017, o cenário não deve se reverter”, afirma o analista. Ele lembra que a produção de matéria-prima recuou na Nova Zelândia, mas há aumento de volumes na Europa, em decorrência do fim do sistema de cotas. Além disso, a China, um dos maiores importadores mundiais, também está elevando sua produção interna.

Ao mesmo tempo em que há aumento da produção, há países elevando seus estoques. Segundo Galan, neste ano, importadores como México, Argélia, Japão, Indonésia e Egito ampliaram suas compras em relação a 2014, e a avaliação é que o fizeram numa estratégia para formar estoques.

Embora estime que as cotações devam alcançar até US\$ 2.500 por tonelada nos leilões, o analista observa que esse valor ainda é muito inferior à média histórica de US\$ 3.400 por tonelada para o leite em pó integral.

Mais de mil empresas brasileiras devem utilizar o Canal Azul até o fim do ano, estima o Mapa – MAPA. 02/12/2015.

Lacre eletrônico reduz em até 72 horas tempo entre frigorífico e embarque no porto.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) estima que até o final deste ano mais de mil empresas brasileiras já estejam utilizando o processo eletrônico de exportações Canal Azul. O sistema, lançado na semana passada pela ministra Kátia Abreu, elimina documentos em papel e confere agilidade na liberação de mercadorias agropecuárias.

Ainda este ano, o Canal Azul será disponibilizado para estabelecimentos exportadores de carne e de vegetais que demandam certificação fitossanitária. Todas as demais cadeias produtivas e de suprimentos do agronegócio serão contempladas até o final do primeiro semestre de 2016.

A coordenadora-geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), Edilene Cambraia, disse que, desde o lançamento, centenas de empresas de todas as cadeias produtivas manifestaram interesse em adotar o lacre eletrônico. O Canal Azul está sendo testado em dez empresas voluntárias exportadoras de carnes, nos portos de Paranaguá (PR), Itajaí (SC) e Santos (SP), e deverá ser utilizado por mais de mil estabelecimentos somente este ano.

O sistema reduz em até 72 horas o tempo médio entre o carregamento dos contêineres na indústria e o embarque nos navios, o que representa corte significativo nos custos de logística de transporte e armazenagem.

Vantagem

Kátia Abreu afirmou que o Canal Azul elimina burocracia desnecessária, facilitando a vida das empresas e melhorando o fluxo das exportações. “A grande vantagem é a

previsibilidade da operação para as empresas, que não correm risco de ficar com a mercadoria parada no porto. Há ainda grande ganho de logística porque elas podem planejar melhor o envio da mercadoria ao porto”, observou a ministra.

A coordenadora Edilene Cambraia destacou que o sistema eletrônico, apesar de eliminar papéis e procedimentos, aumenta o rigor do controle sanitário e fitossanitário. “Ao integrar os sistemas, o fluxo de informação é único, tornando a informação visível ao Vigiagro desde o frigorífico até o porto. Em vez de analisar papéis, o Mapa terá informações antecipadamente de forma eletrônica”, explicou.

USP

O Programa Canal Azul foi desenvolvido pelo Grupo de Gestão em Automação e Gestão de Tecnologia da Informação (GAESI), da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Por meio da Instrução Normativa 28, de 23 de setembro de 2015, o Mapa incorporou o programa ao Sistema de Informações Gerenciais de Trânsito Internacional (SIGVIG) e definiu um cronograma de implementação do Canal Azul para todas as cadeias do agronegócio.

Brasil é campeão em energia limpa. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente. 02/12/2015

Estudo demonstra que Brasil supera em quatro vezes a média mundial de geração de energia limpa. Setor tem potencial de crescimento até 2030.

Especialistas reconheceram a eficiência das políticas brasileiras para frear o aquecimento global. Em evento paralelo da 21ª Conferência das Partes (COP 21), realizado na Embaixada do Brasil em Paris, gestores públicos e pesquisadores apontaram a renovação da matriz energética como uma das principais medidas para que o país atinja a meta de corte de emissões apresentada às Nações Unidas.

As fontes renováveis correspondem, hoje, a 78% da geração de energia do Brasil. O dado supera em mais de três vezes a média mundial, com apenas 20,3% de fontes renováveis e mais de 40% provenientes do carvão. “O Brasil já faz a diferença e pode fazer mais a partir de uma perspectiva de inovação tecnológica”, declarou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. “É preciso um debate sobre essa questão na agenda climática.”

CRESCIMENTO

Levantamento apresentado no encontro mostrou que o Brasil está no caminho certo. Liderado pelo pesquisador Emílio La Rovere, da COPPE/UFRJ, o estudo analisou as implicações das ações brasileiras voltadas para o corte de emissões de carbono. “Com a adoção das políticas adequadas, a INDC (meta nacional) do Brasil pode contribuir para o crescimento econômico sustentável, o desenvolvimento social e a redução de emissões”, afirmou Emílio.

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, ressaltou o desafio brasileiro de implantar a meta nacional de corte de emissões e, ao mesmo tempo, manter o crescimento econômico. “O país tem um enorme potencial em termos de bioenergia e deve investir nisso”, defendeu. “O planejamento de ações é a chave para que o país continue nessa posição de liderança”, acrescentou o diretor-geral da Eletrobrás Cepel, Albert Melo.

O debate faz parte dos Diálogos do Brasil na COP21 – Rumo à Implementação da INDC Brasileira, realizado de hoje ao dia 9 de dezembro na Embaixada do Brasil em Paris.

Fibria quer criar gigante regional de celulose. Altamiro Silva Junior – Jornal O Estado de São Paulo. 03/12/2015

A Fibria, maior produtora mundial de celulose de eucalipto, vê oportunidades de fusões e aquisições no Brasil e em outros países da América do Sul, de forma a criar uma gigante regional do segmento, disse o presidente da empresa, Marcelo Castelli, a investidores na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), durante o Fibria Day.

Presidente da Fibria ressaltou a intenção da empresa de crescer em outras áreas, como biocombustíveis

Por meio de crescimento orgânico e consolidação do setor, Castelli diz que a Fibria poderia alcançar uma participação de 20% do mercado mundial de celulose de eucalipto, mais que o dobro do que tem atualmente. "Nossa aspiração é aumentar a presença no mercado. Fizemos cálculos e se pudermos crescer de forma disciplinada e consolidada para atingir 20%, isso seria uma companhia poderosa", afirmou.

O presidente da empresa ressaltou ainda a intenção da Fibria de crescer em outras áreas, como biocombustíveis. O objetivo é que, em 2025, a companhia tenha 20% da receita líquida vindo de novos negócios.

A produtora de celulose prevê investir R\$ 2,05 bilhões em 2016, alta de 16,2% ante a projeção para 2015. O valor não inclui a expansão da fábrica de celulose de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul.

Batizado de Horizonte 2, o projeto terá investimento total estimado em R\$ 8,7 bilhões, ou US\$ 2,2 bilhões. Cerca de 60% desse montante será desembolsado no ano que vem.

BRF amplia lista de aquisições no exterior. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 03/12/2015.

Principal objetivo dos executivos que assumiram a gestão da BRF com a chegada do empresário Abilio Diniz à presidência do conselho de administração da empresa, a internacionalização da companhia ganhou ontem seu principal capítulo - ao menos até aqui.

Com investimentos em torno de US\$ 500 milhões, a BRF anunciou a aquisição de três empresas no exterior, ampliando sua presença na Argentina e no Reino Unido e estreando na Tailândia, quarto maior país exportador de carne de frango. Essas aquisições devem elevar em US\$ 600 milhões o faturamento da BRF em 2016. Em 2014, a receita líquida da empresa totalizou R\$ 29 bilhões.

Com o anúncio, feito na manhã de ontem, a BRF mais do que duplicou o montante investido na internacionalização. Desde que Abilio assumiu o comando da empresa, em abril de 2013, a BRF anunciou investimentos de cerca de US\$ 900 milhões, considerando aquisições de companhias ou de participações em joint ventures, bem como a compra de marcas de alimentos.

A intensificação das aquisições no exterior também coincide com o período em que Pedro Faria está no cargo de CEO global da BRF. Antes de assumir a função, em 1º de

janeiro deste ano, o executivo liderou área internacional da empresa, já prospectando potenciais alvos.

"As negociações anunciadas [ontem] reforçam o projeto de globalização da BRF", disse Faria a jornalistas, destacando que, desde abril de 2013, a BRF fez doze "movimentos globais", o que inclui a inauguração, em 2014, da fábrica de alimentos processados em Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos). "Empresa global é aquela que tem plantas esparramadas [pelo mundo] e realmente estamos transformando a BRF em uma empresa global", disse Abilio.

No período, a maior aquisição é justamente a da tailandesa Golden Foods Siam, anunciada ontem, por US\$ 360 milhões. Fundada em 1991, a empresa é uma das maiores produtoras de carne de frango do país asiático e tem capacidade para produzir cerca de 200 mil toneladas de produtos por ano, conforme Simon Cheng, executivo responsável pelas operações da BRF na Ásia.

Também ontem, a empresa anunciou que firmou um memorando de entendimentos com a Pampa Agribusiness para adquirir a Campo Austral, por US\$ 85 milhões. Trata-se da segunda maior produtora de carne suína da Argentina - o país se tornou uma das prioridades na estratégia da BRF. Principal executivo da empresa para a América Latina, Alexandre Borges disse que a Campo Austral tem capacidade anual para produzir 25 mil toneladas.

Por fim, a BRF também anunciou ontem um memorando de entendimentos vinculante para adquirir, por 34 milhões de libras esterlinas (ou cerca de US\$ 50 milhões) a Universal Meats, distribuidora de alimentos do Reino Unido que tem foco no atendimento ao foodservice - basicamente, os restaurantes.

Na avaliação de Pedro Faria, os negócios adquiridos no Reino Unido e na Tailândia são complementam. Para os tailandeses, os britânicos são os maiores importadores da carne de frango. Também há outras razões estratégicas - não citadas pelo executivo. Potência emergente no mercado de carne de frango, do qual o Brasil é líder, a Tailândia vinha ganhando mercado dos exportadores brasileiros em mercados importantes como o Japão.

"A BRF passa a ser a única empresa do planeta capaz de atender a [demanda] partir do Brasil e da Tailândia. A aquisição marca o deslocamento do eixo de gravidade da companhia para o Sudeste Asiático", ressaltou Pedro Faria. Na região, a BRF já havia investido na área de distribuição, com a aquisição, por US\$ 19 milhões, de uma fatia de 49% em uma joint venture em Cingapura.

Na série de aquisições feitas nos últimos dois anos, também se destacaram as compras dos ativos de distribuição de alimentos no Oriente Médio - a BRF comprou empresas ou participações em companhias em Omã, Kuwait, Emirados Árabes Unidos e, mais recentemente, no Catar - esta última aquisição, de US\$ 140 milhões, ainda depende da aprovação das autoridades reguladoras.

Do ponto de vista financeiro, o total de US\$ 500 milhões a ser gasto pela BRF com as três aquisições anunciadas ontem - e que também dependem da aprovação dos órgãos antitruste - vão elevar o índice alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda em doze meses) da BRF, disse Faria. No entanto, ele assegurou que esse índice, que era de 1,24 vez no fim do terceiro trimestre, continuará em níveis "para lá de confortáveis", abaixo de 2,5 vezes.

De acordo com Faria, a BRF pretende financiar as três aquisições parte com recursos próprios - em junho, o caixa da BRF foi engordado com R\$ 1,8 bilhão com a venda dos ativos de lácteos para a francesa Lactalis - e parte com o aumento da dívida. O executivo citou que uma possibilidade em estudo é emitir títulos de dívidas em pesos argentinos. (Colaborou Bettina Barros)

Usinas do Brasil travam 55% da exportação de açúcar de 2016/17. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 03/12/2015.

SÃO PAULO - A consultoria Archer Consulting informou que o volume de açúcar da safra 2016/17 do Brasil, que começa em abril do ano que vem, com preços já fixados em bolsa deve estar na casa dos 13,174 milhões de toneladas, o equivalente a 55,75% da exportação esperada para o novo ciclo (25,12 milhões de toneladas). Conforme a Archer, o volume é o maior da história e foi potencializado pela combinação entre a valorização do dólar e pela alta das cotações da commodity na bolsa de Nova York.

A Archer estimou que os preços médios dessa venda antecipada da commodity estejam em 13,57 centavos de dólar por libra-peso. Considerando o hedge de dólar médio obtido pelas usinas de R\$ 3,7639, o preço médio em reais da tonelada foi calculado pela consultoria em R\$ 1.172 por tonelada (posto no porto).

Conforme a Archer, o modelo estima uma margem de erro de 3,74% do preço encontrado para mais ou para menos. Comparativamente às últimas quatro safras, o percentual acumulado de fixação de 55,75% para a 2016/17 é o mais alto já visto. O ano passado, por exemplo, o acumulado nesse mesmo período era de apenas 23,23%.

“A desvalorização do real em relação ao dólar e o descolamento do mercado de açúcar em Nova York do câmbio incentivou as usinas a travarem seus preços em reais que também atingem recorde”, afirmou a Archer em relatório.

COP 21 e os desafios para a agropecuária. A agropecuária tem enorme papel a representar na conferência do clima e basta inteligência para entender que a floresta mantida ajuda a lavoura. Rui Daher. Carta Capital, publicado 04/12/2015

Se os caríssimos leitores esperam que esta coluna aborde os temas que se enfileiram nos cadernos especiais dedicados ao agronegócio nas folhas e telas cotidianas, por favor, sirvam-se de outro canal.

Como? Ainda não viram? Perderam pouco. O tema central sempre diz que o planeta precisa aumentar a produção de alimentos. Formidável novidade. Alguém chegou a duvidar? Os subtemas seguirão um mesmo diapasão: investimentos em infraestrutura e inovação tecnológica; logística, crédito rural, competitividade e lucro insuficientes; et à cause sempre de governos ora ausentes ora muito presentes; exportações vivem ameaçadas, mas vão; crise na indústria de máquinas e insumos, mas também vão. Segue o jogo.

Os anúncios publicitários, pouco diversificados, oxigenarão as finanças da “edição especial”. Presentes, os infalíveis (!) Banco do Brasil e Caixa, confederações, federações, associações e algumas multinacionais, hoje mais precavidadas.

Se você fez uma inserção comercial ser-lhe-ão facultados opinião e foto sorridente. Outros recebem a honra mesmo sem gastar. Por quê? Ora, porque foram feitos para isso, que assim segue o jogo na Federação de Corporações.

Podem crer. Globo, Folha, Estadão, Valor, para ficarmos apenas no eixo Rio-São Paulo, pelo menos duas vezes ao ano, acham especiais os campesinos, sertanejos, caboclos e ruralistas (posso ter errado a ordem).

Sendo assim e seguindo minha admiração pelos papas Francisco (Vaticano) e José Graziano da Silva (FAO), nesta semana conversaremos sobre a COP 21, Conferência do Clima da ONU, aberta no dia 30, em Le Bourget, Paris, e irá até 11 de dezembro, com a presença de chefes de Estado e representantes de mais de 150 países.

Sei que muitos leitores são céticos a respeito de eventos dessa natureza. Com razão. “Rodadas” nunca arredondadas, “Protocolos” desrespeitados, “Objetivos Milenares” nunca alcançados. Rodízio de lugares aprazíveis onde se filma “Picnic/Férias de Amor” (Joshua Logan, 1955), sem as belezas de Kim Novak, William Holden e “Moonglow”.

As primeiras notícias vindas de Paris trazem alento. Fazem parecer a moçada tomando jeito ou dando ouvidos aos marqueteiros que sabem que o tema rende votos.

O Brasil, que nos últimos anos andou fazendo direitinho a lição de casa, começou entrando de sola, dando de galo, impondo mais obrigações do que intenções, que destas o inferno poluidor está cheio. Quer que os países pobres e em desenvolvimento sejam ajudados financeira e tecnologicamente por aqueles que mais estupraram a camada de ozônio.

Claro que no plano das intenções os temas se repetem: proteger as florestas, ampliar o uso de energias renováveis, definir um valor para o carbono.

Não pensem, no entanto, que será fácil. Como ficar otimista quando o líder da China, Xi Jiping, declara “ser imperativo o acordo climático levar em conta a diferenciação entre os países”, e Barack Obama responde “um dos inimigos que temos que combater nesta conferência é o cinismo”?

Sendo chato, acho que, desta vez, talvez o ofertório passe da página 9, mas não chegue à 32. Tanto que pobres e ricos já começaram a divergir sobre quem pagará a conta. Aposto nos pobres.

Chega-me aos olhos sequência de “Missão Impossível versão 49”, com Tom Cruise, Zhang Ziyi, Lucy Liu e Jackie Chan fechando a canastra.

Mas, vamos acreditar felizes. Até o dia 11 muita coisa pode acontecer.

Claro que a agropecuária tem enorme papel a representar nessa epopeia. Nada muito complicado. Ela já vem sendo cobrada há, pelo menos, três décadas e tem-se ajuizado.

Basta inteligência para entender que a floresta mantida ajuda a lavoura, o pasto e a alma. Daí dispor-se a reconstituir matas, recuperar córregos e nascentes. Criar coragem para impedir que altas aplicações de adubos químicos salinizem as terras e que os agrotóxicos façam rodízio de moléculas a cada nova praga ou doença, infeccionando bolsos agros. Entender o óbvio: um solo rico em matéria orgânica é condição básica de plantio e manutenção da vida microbiana, com lindos efeitos na produtividade. Deixar de lado a ideia de que a água é tanta que pode ser desperdiçada.

Simples, não? Talvez pouco mais, pouco menos. O resto não é conosco.

Se hoje falhamos com o meio ambiente e o clima é no essencial: o homem. Trabalhadores e trabalhadoras rurais respiram o mesmo ar e se afogam nos mesmos dejetos que nós. Com uma diferença: a pobreza continua incrustada em seus sonhos.

E com isso pouco nos importamos e nada aprendemos.

Missão japonesa avaliará frigoríficos brasileiros para comércio de carne – MAPA. 04/12/2015.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) informou nesta sexta-feira (4) que uma missão japonesa virá ao Brasil para visitar três estabelecimentos produtores de carne bovina termoprocessada – cortes submetidos a tratamento com o uso de calor, como, por exemplo, embutidos cozidos, vísceras cozidas, carne cozida congelada e carnes em conserva (cornedbeef). Nesta sexta-feira (4), o Japão reabriu seu mercado a produtos cárneos termoprocessados brasileiros de origem bovina, suína, ovina e caprina (carne cozida congelada, conservas, extrato de carne, vísceras cozidas e embutidos). Com isso, o Brasil pode exportar esses produtos para aquele país.

A reabertura foi anunciada em Tóquio, durante reunião entre a secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do Mapa, Tatiana Palermo, e o vice-ministro para Assuntos Internacionais do Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca do Japão (Maff), HiromitsuMatsushima.

Desde 2012, o Japão mantinha o embargo ao produto brasileiro por causa de um caso atípico de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), também conhecida como “doença da vaca louca”, no Paraná.

A missão sanitária japonesa visitará, de segunda (7) a sexta-feira (11) da próxima semana, duas plantas em São Paulo e uma no Rio Grande do Sul, a fim de liberar as exportações.

De acordo com a secretaria de Defesa Agropecuária, os técnicos do Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão vêm avaliar os controles brasileiros de produção e certificação de produtos cárneos termoprocessados.

Kobe beef

Na mesma linha de negociação sanitária bilateral, o Brasil enviará uma missão técnica para avaliar cinco estabelecimentos de abate bovino no Japão. O país asiático tem interesse em exportar para o mercado brasileiro carne in natura, principalmente animais da raça Wagyu, também conhecida como Kobe beef. Os técnicos do Mapa cumprirão um roteiro nas cidades de Miyazaki, Kagoshima e Kumamoto, entre os dias 7 e 18 deste mês.

As duas missões veterinárias fazem parte das negociações sanitárias em andamento entre Brasil e Japão. Para abertura efetiva dos mercados é necessária, ainda, a definição dos requisitos sanitários de produção e modelos de certificados sanitários internacionais a serem utilizados pelos dois países para, em seguida, assinar os acordos.

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) esteve no Japão em julho deste ano para negociar a ampliação do mercado japonês para os produtos do agronegócio brasileiro. Em sua visita, ela tratou sobre trocas comerciais na área de carne bovina.

Aprovada a abertura de painel contra Indonésia. Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 04/12/2015.

Nada menos do que 40 países vão participar da disputa do Brasil contra a Indonésia envolvendo barreiras à entrada de carne de frango brasileira no país asiático.

O pedido de painel (comitê de investigação) apresentado pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) foi enfim aprovado ontem, na terceira tentativa, depois de a Indonésia ter conseguido postergar o início da investigação usando como pretexto até um erro de digitação.

Ontem, União Europeia (28 países), EUA, China, Vietnã, Nova Zelândia, Paraguai, Noruega, Taiwan, Chile, Índia, Coreia, Japão, Austrália e Argentina pediram para participar como terceiras partes com interesse econômico envolvido na disputa.

Mas a lista vai aumentar, porque a Rússia já avisou que tem interesse em acompanhar o caso. Tudo isso reflete as barreiras agrícolas frequentemente impostas pela Indonésia, que agora fazem com que os países prejudicados juntem forças no caso do Brasil contra a barreira ao frango.

Para o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Francisco Turra, a instalação do painel é positiva e pode, inclusive, fazer com que a Indonésia ceda, voltando a negociar com o Brasil antes da própria conclusão da investigação. (Colaborou Luiz Henrique Mendes)

Brasil conclui reabertura do mercado mundial de carne bovina – MAPA. 04/12/2015.

O Japão oficializou nesta sexta-feira (4) o fim do embargo aos produtos cárneos termoprocessados brasileiros. O país asiático conclui a lista dos mercados recuperados pelo Brasil após o embargo decretado em 2012, resultante da notificação de um caso atípico de encefalopatia espongiforme bovina (EEB), também conhecida como "doença da vaca louca". "Agora são 100% dos embargos suspensos à carne bovina brasileira no mundo. Confiança e credibilidade são a nossa marca", destacou a ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), ao comentar a decisão do governo japonês.

Com a conclusão de negociações, o Brasil poderá exportar vários produtos cárneos termoprocessados de origem bovina, suína, ovina e caprina: carne cozida congelada, conservas, extrato de carne, vísceras cozidas e embutidos.

A reabertura foi anunciada durante reunião entre a secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Tatiana Palermo, e o vice-ministro para Assuntos Internacionais do Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca do Japão (Maff), Hiromitsu Matsushima. No encontro, também foram apresentados, ao chefe do Serviço Veterinário Oficial japonês, Toshiro Kawashima, os modelos de Certificado Sanitário Internacional, que deverão amparar as exportações dos produtos brasileiros.

A conclusão das negociações entre os dois ministérios da Agricultura só foi possível após um parecer favorável do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar do Japão (MHLW), atestando a inocuidade dos produtos cárneos brasileiros em relação às encefalopatias espongiformes transmissíveis (EEB e scrapie).

Essa análise do MHLW será válida, também, para as negociações de abertura do mercado japonês para a carne bovina in natura brasileira. A partir de agora, a avaliação dependerá somente do MAFF.

Potencial de exportações

O Japão importou, em 2014, 250 mil toneladas de produtos termoprocessados de carne bovina, suína, ovina e caprina, no valor de US\$ 1,159 bilhão. O Brasil exportou, no

mesmo período, 110,4 mil toneladas de carnes bovina e suína industrializadas para todo mundo, no valor de US\$ 651,2 milhões.

Antes do embargo à carne bovina, em 2012, o Brasil chegou a exportar para Japão 1,55 mil toneladas de carne bovina termoprocessada e extrato, no valor de US\$ 8,6 milhões.

Carne de Wagyu

Juntamente com a abertura do mercado japonês para os produtos cárneos termoprocessados brasileiros, o Mapa anunciou a abertura do nosso mercado para a carne bovina japonesa Wagyu. Durante o mês de dezembro, os dois ministérios da Agricultura realizarão missões de auditoria das plantas exportadoras no Brasil e no Japão, para começar o comércio recíproco no início de 2016.

Crise na Venezuela reduz exportações brasileiras. Lauro Veiga - Valor Econômico, Agronegócios. 04/12/2015.

A crise na Venezuela, agravada pela queda vertical nos preços do petróleo, contribuiu para derrubar as exportações do agronegócio brasileiro para a América Latina neste ano, afetando principalmente as vendas de carnes, setor que respondeu, em 2014, por quase um quarto do total destinado à região, e também os embarques de bovinos vivos e de açúcar.

A desvalorização do real abre novas possibilidades para 2016, mas as perspectivas parecem mais favoráveis num horizonte mais amplo de tempo, comenta o diretor executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Fernando Sampaio. As projeções da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), diz, projetam que a Ásia deverá liderar o aumento do consumo de alimentos no mundo, com a América Latina surgindo em segunda posição. "A região será responsável por 24% do aumento na demanda global por alimentos e os mercados da Colômbia, do Peru e do Equador oferecem melhores perspectivas", considera Sampaio.

Nos últimos dez anos, na série de dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a participação da região atingiu seu ponto mais elevado em 2008, alcançando 10,4% do total, com US\$ 7,466 bilhões exportados. Entre 2005 e 2014, as vendas para a região, que na classificação do Mapa inclui os países do Caribe e o México, cresceram de US\$ 3,588 bilhões para US\$ 8,638 bilhões, num avanço de 140,7%, enquanto as exportações totais do agronegócio aumentaram 121,8% (de US\$ 43,623 bilhões para US\$ 96,748 bilhões). O desempenho elevou a fatia da região nas vendas externas totais do setor de 8,2% para quase 9% no ano passado, mas vem perdendo espaço neste ano.

Nos dez primeiros meses de 2015, as exportações do agronegócio para os países daquela região caíram 12,1%, saindo de US\$ 7,198 bilhões para US\$ 6,329 bilhões. No total, o setor exportou US\$ 74,733 bilhões entre janeiro e outubro deste ano, diante de US\$ 83,857 bilhões em igual intervalo do ano passado, com perdas de 10,9% na mesma comparação. A América Latina sustenta neste ano uma participação de 8,5% nos embarques totais realizados pelo setor.

As exportações para a Venezuela encolheram 37% no período analisado, baixando de quase US\$ 2,526 bilhões para pouco mais de US\$ 1,591 bilhão. Excluído o país, as

vendas para os demais países latinos tiveram ligeiro incremento, evoluindo de US\$ 4,672 bilhões para US\$ 4,737 bilhões, avançando 1,4%. Sob influência venezuelana, as vendas de carnes caíram 20,6%, para US\$ 1,366 bilhão, com tombo de 30,2% para as exportações de carne bovina, limitadas a US\$ 712,619 milhões. Houve redução na faixa de 30% nas vendas para a Venezuela e de 5% para o Chile, mercados que respondem por 87% dos embarques totais da indústria de carne bovina para a região, de acordo com Sampaio.

Além das dificuldades enfrentadas pela economia venezuelana, as exportações foram afetadas ainda pela perda de participação no mercado chileno, diante da maior presença das exportações de carne paraguaia. "Os grupos JBS e Minerva passaram a exportar para o Chile a partir de suas plantas no Paraguai em função dos ganhos logísticos envolvidos na operação", detalha Sampaio.

A abertura do mercado dos Estados Unidos para a carne in natura do Brasil, diz ele, poderá favorecer os embarques brasileiros para países da América Central e do Caribe, que seguem os mesmos padrões sanitários adotados pelo Departamento de Agricultura dos EUA (USDA). A indústria do setor aposta na conclusão do acordo comercial com o México, prevista para 2016, e numa maior aproximação com Cuba, fatores que poderão impulsionar as vendas no ano que vem, além da maior competitividade assegurada pela desvalorização do real frente ao dólar.

Responsável por quase um terço de todas as exportações do agronegócio, o complexo soja observa a América Latina como um "caso particular" em seu portfólio, já que a região é grande produtora e exportadora do grão e de seus derivados. "Em conjunto, Brasil, Argentina e Paraguai produzem mais (soja) do que os EUA. O comércio com os países latinos, por esse motivo, acaba sendo menor", diz Daniel Furlan Amaral, gerente de economia da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

Excluindo os países que fazem parte do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), as vendas brasileiras de soja e derivados para as Américas representam em torno de 1% das exportações totais do complexo, com 317,09 mil toneladas de grão, farelo e óleo exportados de janeiro a outubro deste ano. Em torno de 54% desse total, equivalente a 171,37 mil toneladas, tiveram Cuba como destino.

Paulista Utam avança no segmento de cápsulas, mas prevê receita estável. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico, Agronegócios. 04/12/2015.

Diante da dificuldade para repassar a alta dos custos e da matéria-prima para os preços do café, há empresas que têm preferido sacrificar resultados para não perder volumes de venda, como a paulista Café Utam.

Segundo Ana Carolina Soares de Carvalho, diretora-executiva da Utam, a empresa "tem trabalhado muito para manter o faturamento". Ela diz que não é possível obter "aumentos significativos" de preços, mas garante que não tem havido queda nos volumes vendidos de café torrado e moído, um mercado já consolidado. "Está difícil repassar custos", reforça, acrescentando que, além da alta do grão, o setor enfrenta "aumento de custos como um todo".

Nesse cenário, a expectativa da executiva é que a receita bruta da companhia fique estável em relação a 2014, quando somou R\$ 54,373 milhões. "Estamos preferindo comprometer um pouco o resultado porque há dificuldades de repassar reajustes. Se

repassar, tem queda [nas vendas]", diz. No ano que passou, a Utam teve lucro líquido R\$ 2,160 milhões.

Embora ainda não faça previsões sobre o faturamento do próximo ano, Ana Carolina reconhece que o ano de 2016 "ainda deve ser difícil". No entanto, acredita que a partir de meados do ano a situação "comece a melhorar um pouco".

Se o desempenho do mercado em geral não é animador, uma categoria tem gerado boas notícias para café Utam: a de cápsulas. Depois de um crescimento de 290% no volume de vendas entre 2013 e 2014, a expectativa é de novo avanço este ano. Segundo a diretora, os volumes vendidos devem crescer mais 160% e alcançar 1,5 milhão de cápsulas. A receita com as vendas desse segmento crescem na mesma proporção, afirma.

"A categoria não tem sentido reflexo da crise. Esse é um mercado que tem potencial para crescer", diz. Há otimismo também para o próximo ano e a previsão é de que as vendas cheguem a 2,5 milhões de cápsulas.

A Café Utam vende no mercado cápsulas nacionais e importadas. As nacionais têm blends de grãos produzidos no Brasil e as importadas, grãos de origens como Etiópia, Colômbia e Angola. A empresa estreou no segmento com o produto importado, e a partir de 2014 passou a fabricar no Brasil em parceria com a portuguesa Kaffa. Mas manteve a venda das cápsulas importadas para manter a oferta desses blends de outras origens.

Outro segmento que também tem entusiasmado a empresa são as vendas no e-commerce, que cresceram 142% em relação ao primeiro semestre de 2014, de acordo com a diretora-presidente.

CNA comemora certificado de embarque de gado vivo para a Bolívia -CNA. 07/12/2015.

Brasília (07/12/2015) – Brasil vai exportar, pela primeira vez, gado vivo para fins de reprodução em larga escala para a Bolívia. A autorização foi possível graças à revisão do modelo de Certificado Zoossanitário Internacional (CZI), elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Serviço Nacional de Sanidade Agropecuária e Inocuidade Alimentar (Senasag), da Bolívia. O documento garante o cumprimento das condições sanitárias exigidas para o trânsito internacional de animais até o país de destino.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) contribuíram para a elaboração do certificado, considerando uma proposta de ampliação das exportações de material genético e bovinos vivos para reprodução, recém entregue ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para diversos países, inclusive para a Bolívia.

Segundo o presidente da Comissão Nacional de Bovinocultura de Corte da CNA, Antônio Pitanguí de Salvo, a Bolívia é um país prioritário para exportação brasileira de gado vivo. Em 2014, 400 mil bovinos bolivianos morreram na enchente dos rios Beni e Mamoré, por isso o país está interessado em importar para repovoar o rebanho. De Salvo também comentou sobre as negociações em curso no Brasil para a exportação de gado vivo para fins de reprodução com a Turquia e Ilhas Maurício. Além de exportação de embriões para Moçambique.

Outra demanda do setor produtivo é aproveitar a pauta de exportação de carne bovina in natura para os Estados Unidos e falar mais sobre a exportação de material genético. “Os produtores pedem mais atenção nesta questão para os Estados Unidos. Segundo eles, negociar esses certificados ampliaria o mercado brasileiro”, disse o presidente.

Para ampliar o mercado, a CNA e as entidades da cadeia trabalham junto ao MAPA para obterem também uma autorização da exportação de embrião in vitro (produzido em ambiente artificial, ou seja, em laboratório). “No momento só existe autorização para a exportação *in vivo*, que é pouco utilizada atualmente”.

Japão reabre mercado a carne termoprocessada do Brasil após três anos. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 07/12/2015.

O Ministério da Agricultura informou na sexta-feira que o governo do Japão anunciou o fim do embargo à carne termoprocessada do Brasil, imposto em 2012. O Japão foi o último a levantar a restrição entre vários países que suspenderam as importações de carne bovina brasileira, há três anos, após o registro de um caso atípico da doença da "vaca louca" no Paraná.

Para levantar o embargo à carne industrializada brasileira, o Japão pediu a comprovação de que esses produtos originados no Brasil não correm o risco de ser contaminados pelo mal da "vaca louca". O fim da proibição só ocorrerá efetivamente após a visita de técnicos do serviço sanitário japonês a três frigoríficos brasileiros, dois em São Paulo e um no Rio Grande do Sul.

A notícia sobre o fim do embargo foi oficializada pela secretária de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Tatiana Palermo, que substituiu a ministra Kátia Abreu em viagem ao país asiático para negociar a assinatura dos certificados sanitários que põem fim às restrições japonesas. O acordo foi fechado com o ministro da Agricultura japonês, HiromitsuMatsushima.

Com a medida, as indústrias brasileira de carnes poderão exportar vários produtos termoprocessados de origem bovina, suína, ovina e caprina, como carne cozida congelada, conservas, extrato de carne, vísceras cozidas e embutidos ao Japão. As negociações, no entanto, não incluíram a carne bovina in natura, informou o ministério. "Agora são 100% dos embargos suspensos à carne bovina brasileira no mundo", disse a ministra Katia Abreu em comunicado.

O Japão importou em 2014, de acordo com o ministério, o equivalente a US\$ 1,159 bilhão ou 250 mil toneladas de carne processada de vários países, exceto do Brasil. Já as exportações brasileiras desses produtos somaram US\$ 651,2 milhões ou 110,4 mil toneladas no ano passado. Antes do embargo, o Brasil chegou a vender 1,5 mil toneladas de carne bovina processada ao mercado japonês, o equivalente a US\$ 8,6 milhões.

Índice de preços de café da OIC tem em novembro menor nível em 2 anos. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico, Agronegócios. 07/12/2015.

Num mês em que cresceu a especulação sobre o tamanho da safra 2016/17 no Brasil e seu impacto sobre balanço global de oferta e demanda, a média mensal do índice composto de preços da Organização Internacional do Café (OIC) caiu 2,9%, para

115,03 centavos de dólar sobre outubro. De acordo com relatório mensal de mercado da entidade, é o segundo menor nível em quase dois anos.

O preço diário do café em novembro variou de 118,30 centavos de dólar a 110,45 centavos, o menor valor diário desde janeiro de 2014. Segundo o relatório da OIC, o câmbio no Brasil se estabilizou ligeiramente, mas o nível elevado das exportações do Brasil manteve a pressão negativa no mercado de café.

Segundo a OIC, todos os quatro grupos de indicadores caíram em novembro na comparação com outubro. Os maiores declínios foram registrados nos grupos dos três arábicas. Os suaves colombianos, outros suaves e naturais brasileiros recuaram 3,1%, 3,4% e 3,5% respectivamente, enquanto os robustas tiveram queda de 1,3%. A entidade informa que a arbitragem entre o arábica (preços em Nova York) e o robusta (em Londres) se estreitou em 11,1% para 50,31 centavos de dólar, o que deve dar algum suporte aos preços do arábica no futuro.

O relatório da OIC ressalta que, apesar das especulações sobre a nova safra de café no Brasil, em geral, as perspectivas para o país parecem positivas, embora haja preocupação em relação à produção de conilon em 2016/17.

A entidade destaca ainda números sobre a produção mundial de café. Considerando o ano safra 2014/15, a produção é estimada em 143,3 milhões de sacas e o consumo no ano de 2014 foi revisado para cima, para 149,8 milhões de sacas, o que representa um crescimento anula de 2,4% sobre os últimos quatro anos. O aumento se deve à demanda maior do que a esperada na União Europeia, estimada agora em 42,4 milhões de sacas. Já o consumo no Brasil foi revisado para baixo, com queda de 500 mil sacas.

A OIC recuperou ainda os números das exportações globais de café em outubro, que ficaram em 8,7 milhões de sacas, recuo de 3,6% ante igual mês de 2014. Essa redução foi atribuída principalmente aos menores embarques de café robusta, particularmente do Vietnã.

A entidade destacou que os embarques brasileiros de café em outubro passado foram ligeiramente menores na comparação com o mesmo mês de 2014, mas ainda registraram seu maior volume em 12 meses, iniciando o ano safra 2015/16 com exportações de 3,2 milhões de sacas.

O relatório também cita o Vietnã e diz que, na ausência de mais informações, a previsão para a produção no Vietnã na safra 2014/15 foi mantida em 27,5 milhões de sacas, sendo 95% disso da espécie robusta. Já as exportações foram estimadas em cerca de 20 milhões de sacas na safra 2014/15, 19,2% do que no período anterior. Considerando um consumo doméstico de cerca de 2 milhões de sacas, isso sugere uma recomposição significativa dos estoques de robusta, segundo a OIC. Citando a autoridade de café no país asiático, a Vicofa, a OIC diz que a expectativa é de que a produção na safra 2015/16 caia para 18 milhões de sacas, uma vez que os preços mais baixos desestimulam os produtores a investir nos cafezais. O número é muito inferior à recente previsão do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), que previu uma produção de 29,3 milhões de sacas para o país asiático.

República da Coreia pesquisa desempenho da safra brasileira – CONAB. 08/12/2015.

Uma equipe de estudiosos do Instituto de Economia Rural da Coreia (Krei, na sigla em inglês) estará na sede da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), nesta quarta-

feira (9), em Brasília, para obter informações sobre as principais culturas da safra brasileira de grãos. Técnicos da Conab farão uma explanação sobre a expertise brasileira referente às cadeias produtivas do milho, arroz, trigo e soja para os pesquisadores Kim Jong Jin, do Centro de Observação do Krei, e Choi Sun Woo, pesquisador convidado.

Além das questões referentes à produção, área e produtividade de grãos, os pesquisadores coreanos também coletarão dados sobre indicadores econômicos na área rural, mercado de insumos, custos de produção, exportação e importação, quadro de oferta e demanda, bem como informes da situação climática e análise de mercado das culturas pesquisadas.

A reunião foi solicitada pela Embaixada da República da Coreia, uma vez que o Instituto é uma organização de pesquisa financiada pelo governo daquele país. Em 1978, o Krei foi estabelecido pelo governo coreano para desempenhar um papel importante no desenvolvimento de políticas agrícolas e florestais que visam o desenvolvimento equilibrado das zonas urbanas e rurais. As pesquisas desenvolvidas abrangem: economia agrícola, comercialização de produtos agrícolas, o desenvolvimento rural, perspectivas da agricultura e negociações internacionais de comércio agrícola.

Cargill planeja avanço na área de ração. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 09/12/2015.

Quatro anos após voltar ao mercado brasileiro de nutrição animal, a americana Cargill, maior empresa de agronegócios do mundo, está decidida a ampliar a atuação nessa frente de negócios. Já representativa no segmento de aves e suínos, a empresa vislumbra se tornar também uma três maiores companhias de ração para bovinos nos próximos cinco anos. O objetivo já conta com sinal verde para aquisições ou construção de uma fábrica.

"Não seremos um 'player' a mais no mercado. A missão é ser um dos top 3 no setor de bovinos", afirmou ao Valor o diretor-geral da Cargill Nutrição Animal para o Brasil, Celso do Amaral Mello. De acordo com o executivo, a entrada na área de bovinos criados a pasto - na prática, ingressar na produção de sal mineral - é essencial para que a área de negócios mantenha a taxa de crescimento anual de dois dígitos.

A expectativa do executivo é que a Cargill Nutrição Animal encerre este ano com um faturamento de cerca de R\$ 850 milhões no Brasil, crescimento de mais de 25% na comparação com os cerca de R\$ 650 milhões de 2014. Puxado por operações de trading e processamento de grãos, o faturamento total da múlti no país chegou a R\$ 26,2 bilhões no ano passado.

O porte da Cargill, aliás, é um dos trunfos para avançar em nutrição animal no Brasil, ressaltou Mello. "Sem arrogância: se pedir, a Cargill tem dinheiro para construir uma fábrica", assegurou ele. Pelas contas do executivo, erguer uma fábrica para a produção de sal mineral custa R\$ 30 milhões.

Mello ressaltou, porém, que não há uma decisão nesse sentido porque a empresa ainda avalia outras alternativas. A Cargill Nutrição Animal também pode fazer aquisições ou mesmo as duas coisas. "A gente tem olhado algumas opções regionais", disse. Ele

argumentou que, a depender do porte de uma eventual aquisição, uma nova unidade ainda seria necessária.

Para Mello, a Cargill terá de ir além do investimento em produção. Segundo ele, contar com uma rede de distribuição - com representantes e revendas exclusivos - espalhada pelo Brasil é ainda mais importante. "Montar essa rede toma um certo tempo", reconheceu.

De toda maneira, a Cargill Nutrição Animal já está produzindo sal mineral nas três fábricas que possui para "testar" o mercado. "No momento certo, teremos a fábrica só de sal", afirmou o diretor-geral.

De acordo com Mello, as fábricas da companhia em Itapira (SP), Toledo (PR) e Chapecó (SC) não são ideais para a produção de sal mineral. Essas plantas têm foco na produção dos chamados "premixes" (pré-misturas de vitaminas e minerais que compõem a ração), que são usados na alimentação de aves e suínos. Atualmente, esses dois segmentos respondem por entre 20% e 25% do faturamento da empresa, respectivamente.

Nessas unidades, já há produção voltada para bovinos - para rebanho leiteiro e para gado criado em confinamentos. Conforme o executivo, a Cargill já tem uma participação relevante nas vendas de produtos para confinamentos. Mas o mercado de sal mineral é muito maior. Apenas cerca de 10% do rebanho abatido anualmente no Brasil passa pelos confinamentos. O restante é criado a pasto. "A Cargill ainda não está atingindo esse rebanho", disse, reforçando a necessidade dos investimentos no país.

Confiante nos aportes que a empresa fará nos próximos anos, Mello também fez questão lembrar que a área de nutrição animal ganhou mais relevância para a Cargill como um todo neste ano, com a aquisição da norueguesa Ewos, com foco em ração para salmão. "Em 150 anos, as duas maiores aquisições foram em nutrição animal", afirmou, citando a compra da holandesa Provimi, em 2011, marcando assim a volta da Cargill Nutrição Animal ao Brasil com a marca de "premix" Nutron.

Importações chinesas de soja seguem em expansão. Mariana Caetano e Camila Souza Ramos – **Valor Econômico, Agronegócios. 09/12/2015.**

As importações chinesas de soja confirmaram as expectativas e voltaram a alcançar um volume expressivo em novembro. De acordo com dados divulgados pelo serviço alfandegário do país, as compras do grão somaram 7,39 milhões de toneladas, com aumentos de 33,6% em relação a outubro e de 22,6% na comparação com o mesmo mês de 2014.

Com isso, nos primeiros 11 meses de 2015 as importações chegaram a 72,57 milhões de toneladas, um crescimento de 15,4% sobre igual intervalo do ano passado. E, conforme analistas, o total anual poderá superar a marca de 80 milhões de toneladas, uma vez que a expectativa é que o volume ultrapasse 8 milhões de toneladas em dezembro. À agência Reuters, Monica Tu, da Shanghai JC Intelligence (JCI), afirmou que espera que as compras continuem aquecidas tendo em vista o atual forte ritmo de operações das unidades processadoras instaladas no país.

A receita das importações chinesas de soja não foi detalhada pelo serviço alfandegário, mas certamente o gasto relativo da China tem sido menor que em 2014. E as exportações brasileiras do grão podem dar pistas dessa queda. Conforme a Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic), o Brasil exportou 1,4 milhão de toneladas em

novembro, por US\$ 382 a tonelada. No mesmo mês de 2014, foram apenas 81,6 mil toneladas, mas por US\$ 462,2 a tonelada, em média. A China lidera as importações globais de soja, ao passo que o Brasil é o maior exportador.

Por ser esperado, o salto das importações chinesas não teve influência expressiva sobre as cotações do grão ontem na bolsa de Chicago. Mas foi mais um sinal de que, a despeito da queda das compras de commodities como o minério de ferro no exterior, a demanda do país por alimentos continua aquecida.

Exportações do agronegócio aumentaram 8,2% em novembro – MAPA.09/12/2015.

Embarques somaram US\$ 6,63 bilhões. Venda externa de soja foi um dos destaques do mês passado

As exportações do agronegócio brasileiro em novembro deste ano tiveram aumento de 8,2% em comparação com igual mês de 2014. Os embarques de setor somaram US\$ 6,63 bilhões, ante US\$ 6,13 bilhões de novembro do ano passado. Em valores absolutos, houve um acréscimo de US\$ 501,44 milhões. Os números foram divulgados nesta quarta-feira (9) pela Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Ainda de acordo com os dados da SRI, as importações do agronegócio em novembro caíram 20,3% em relação ao mesmo mês de 2014, passando de US\$ 1,25 bilhão para US\$ 993,31 milhões. Com isso, o superávit da balança do setor foi de US\$ 5,64 bilhões.

“O aumento das exportações só não foi maior por causa da queda, quase generalizada, dos preços médios dos principais produtos de exportação do agronegócio”, assinala a secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio, Tatiana Palermo.

Carnes, complexo soja, cereais, farinhas e preparações, produtos florestais e açúcar e álcool foram os principais setores exportadores. Eles foram responsáveis por 72,5% – ou US\$ 4,81 bilhões – de todos os embarques do agronegócio em novembro.

Embora tenha ficado em primeiro lugar entre os principais produtos exportados, as carnes tiveram recuo de US\$ 1,43 bilhão de novembro de 2014 para US\$ 1,29 bilhão (-9,7%) no mês passado. Os embarques de carne de frango somaram US\$ 596,53 milhões, com queda de 9,2% em novembro. As exportações de carne bovina tiveram retração de 6,8%, a carne suína, de 11,6% e a de peru, de 31,1%.

O complexo soja teve desempenho positivo. Os embarques do setor aumentaram em 68% em valor. A quantidade exportada de soja em grão subiu de 176 mil toneladas para 1,44 milhões de toneladas (+719,2%) no período. “Mesmo com a queda do preço médio em 16,9%, o valor exportador de soja em grão cresceu de US\$ 80,92 milhões em novembro de 2014 para US\$ 551,02 milhões no mês passado”, destaca Tatiana Palermo. As exportações de farelo de soja e óleo de soja caíram 7,4% e 7,6%, respectivamente.

Milho e arroz

Segundo a nota técnica da SRI, os cereais, farinhas e preparações ficaram na terceira posição no ranking dos principais produtos exportados, registrando forte crescimento. As vendas do setor subiram de US\$ 590,02 milhões em novembro de 2014 para US\$ 862,01 milhões no mês passado, com aumento de 46,1%. O milho foi o principal produto exportado do setor, com 92,7% do valor comercializado. Os embarques de arroz também se destacaram, subindo de US\$ 23,67 milhões em novembro de 2014 para US\$ 43,11 milhões no mês passado.

Os produtos florestais ficaram na quarta posição, passando de US\$ 753,66 milhões para US\$ 813,30 milhões no período analisado. Quinto colocado no ranking da balança comercial do agronegócio, o complexo sucroalcooleiro teve recuo nas vendas externadas, que passaram de US\$ 823,10 milhões em novembro de 2014 para US\$ 780,04 milhões no mês passado.

Blocos e países

Conforme os dados da SRI, as compras da Ásia de produtos do agronegócio brasileiro tiveram aumento de 28% em novembro deste ano, alcançando US\$ 2,46 bilhões. Com isso, a participação do continente na balança comercial do Brasil subiu de 31,4% para 37,1%.

Entre os países, o destaque ficou com a China, que elevou suas compras em 77,5% no mês passado. Com esse crescimento, a participação do país asiático quase dobrou, passando de 7,7% para 12,6%. As exportações de soja em grão para a China foram o fator principal para esse desempenho.

Apex busca CNA para promover mais exportação agropecuária – CNA. 09/12/2015.

O presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), David Barioni Neto, foi recebido, nesta terça-feira, (08/12), na CNA, pelo presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, João Martins, em encontro para discutir as potencialidades do setor agropecuário brasileiro para o mercado internacional.

Para David Barioni, a Apex, durante algum tempo, priorizou a promoção de produtos manufaturados brasileiros, “estávamos de costas para a produção agropecuária, mas agora o momento é de nos aproximarmos do setor”. O presidente da Apex anunciou acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para garantir a promoção da agropecuária nacional. “Devemos realizar grandes eventos de produtos, mas com programação de palestras e encontros de negócios”, acrescentou Barioni.

Como membro do Conselho Deliberativo da Apex-Brasil, desde abril passado, a CNA apresentou sugestões para o planejamento da Agência em 2016, baseadas em três pontos: ampliar a participação do setor agropecuário como beneficiário de projetos setoriais da Apex, parceria entre as entidades para promover maior conhecimento sobre comércio exterior, de produtores e cooperativas agropecuárias, e ações de promoção da imagem internacional do Brasil.

“Devemos capacitar nosso pessoal para, além de produzir, saber vender a produção”, disse o presidente da CNA, João Martins, acrescentando que “o país precisa entender que o grande salto de desenvolvimento que esperamos será dado com capacitação profissional e com educação”.

Tratando de capacitação, o presidente da CNA falou sobre os Centros de Excelência do SENAR que serão construídos em diversas regiões do Brasil, atendendo a capacitação de produções específicas. O primeiro, voltado para a fruticultura vai ser implantado, em Juazeiro (BA), pelo SENAR. “Além de atender o polo fruticultor regional, o centro vai

capacitar produtores de todo o país”, garantiu João Martins. Ao final do encontro, o presidente da Apex, David Barioni, assegurou a intenção de aproximar a Agência do setor agropecuário brasileiro e recebeu a garantia de apoio do presidente da CNA para as ações de promoção do setor.

Embarque de café deve alcançar nova marca histórica. Alda do Amaral Rocha e Bettina Barros – **Valor Econômico, Agronegócios. 10/12/2015.**

O Brasil pode fechar o ano com exportações recorde de café, estima Nelson Carvalhaes, presidente do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). Em novembro, as exportações do país foram recorde para o mês e somaram 3,371 milhões de sacas, uma alta de 6,9% ante igual mês de 2014, conforme dados compilados pelo Cecafé. Os números incluem as exportações de café verde, torrado e moído e de café solúvel.

Em receita, porém, as vendas externas somaram US\$ 498,341 milhões em novembro, uma queda de 20,1% em relação aos US\$ 624,07 milhões registrados no mesmo mês de 2014. De acordo com o Cecafé, a redução na receita reflete sobretudo o recuo dos preços médios na exportação. Em novembro, o valor médio da saca foi US\$ 147,83, uma queda de 25,3% sobre os US\$ 197,92 do mesmo mês do ano passado.

A entidade observou, em nota, que a retração do café segue "uma trajetória semelhante à dos preços mundiais dos produtos básicos (...)" e reflete também a ocorrência de chuvas nas principais regiões cafeeicultoras do Brasil.

No acumulado do ano, também há retração na receita com os embarques. Segundo o Cecafé, de janeiro a novembro, a receita cambial com as exportações de café do Brasil totalizaram US\$ 5,626 bilhões, 5,5% abaixo dos US\$ 5,951 bilhões de igual intervalo em 2014. Já o volume subiu 1% na mesma comparação, para 33,520 milhões de sacas.

"Tivemos recorde histórico em novembro e podemos ter recorde também no ano", disse Carvalhaes. Em 2014, foram exportadas 36,4 milhões de sacas, com uma receita cambial de US\$ 6,6 bilhões. Agora, a expectativa é de que alcance 36,5 milhões de sacas, segundo o dirigente. Isso se a exportações em dezembro ficarem na casa das 3 milhões de sacas. Nesse cenário, a estimativa é de que a receita alcance US\$ 7 bilhões neste ano.

No período de 12 meses, entre dezembro de 2014 e novembro passado, as vendas externas de café já totalizaram 36,738 milhões de sacas, 1,5% de alta sobre o mesmo intervalo um ano antes, de acordo com o Cecafé.

Nelson Carvalhaes afirmou que o bom desempenho dos embarques de café no ano surpreendeu, uma vez que o país vem de um "ano difícil" e de safras afetadas pela seca. Ele observou que a valorização do dólar ante o real também tornou o café brasileiro mais competitivo.

O Cecafé destacou também o avanço nas exportações de conilon pelo Brasil, em decorrência da menor oferta de café robusta do Vietnã e de outras origens. Também há possibilidade de recorde no ano. De janeiro e novembro, foram embarcadas 4,042 milhões de sacas, 35% mais que em igual período em 2014.

Embarque de carne bovina in natura aos EUA deve começar no 2º semestre. Luiz Henrique Mendes – **Valor Econômico, Agronegócios. 10/12/2015.**

Anunciada em junho durante a visita da presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos, a abertura do mercado americano à carne bovina in natura do Brasil deve ultrapassar todos os entraves que estão pendentes no primeiro semestre de 2016, afirmou hoje o diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Fernando Sampaio.

Assim, a Abiec espera que os primeiros embarques de carne bovina in natura para os EUA aconteçam no segundo semestre do próximo ano. Nas projeções divulgadas hoje para as exportações totais de carne bovina do Brasil, a Abiec já incluiu uma receita de US\$ 102 milhões referentes às exportações de carne bovina in natura ao mercado americano.

De acordo com Sampaio, depois do anúncio da abertura do mercado dos EUA ainda está pendente o certificado de equivalência sanitária entre o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) e o Ministério da Agricultura do Brasil. “Esperamos que isso aconteça no primeiro semestre”, disse Sampaio. A partir daí, restará ao próprio ministério brasileiro indicar os frigoríficos que estão em linha com as regras determinadas pelos Estados Unidos, explicou.

Em entrevista a jornalistas, Sampaio minimizou o lobby que os produtores americanos vêm fazendo no Congresso americano para impedir a efetiva abertura do mercado dos EUA à carne bovina brasileira. De acordo com ele, parlamentares americanos tentaram fazer emendas ao orçamento do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) para forçar o órgão a fazer uma nova análise de risco no Brasil.

“Teoricamente, o Congresso americano pode dizer quanto vai gastar, mas não como vai gastar”, disse ele, acrescentando que o próprio USDA é contra esse pleito dos parlamentares, uma vez que essa análise de risco já foi feita em 2020. “É difícil que [esse lobby] vá para frente”, disse.

Oferta menor eleva preços do suco. Camila Souza Ramos e Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 10/12/2015.

A perspectiva de que os produtores de laranja da Flórida possam terminar a colheita da safra atual com o pior resultado desde 1963 fez com que as cotações do suco de laranja disparassem ontem na bolsa de Nova York, atingindo o maior patamar em mais de um ano.

Os contratos futuros de suco de laranja concentrado e congelado - forma em que o produto é exportado pelas indústrias processadoras - de segunda posição de entrega na bolsa registraram uma variação positiva de 6,47%, ou 920 pontos, e fecharam a sessão a US\$ 1,513 a libra-peso. Trata-se do maior valor de fechamento desde 26 de agosto de 2014, quando o contrato que ocupava a segunda posição fechou a US\$ 1,516 a libra-peso.

A valorização da commodity foi resultado da projeção divulgada ontem pelo Departamento de Agricultura dos EUA (USDA). Para o órgão, a atual safra da Flórida, que abriga o segundo maior parque citrícola do mundo, atrás de São Paulo, deverá ficar em 69 milhões de caixas. Em novembro, a estimativa era de 74 milhões de caixas.

O único alento nos cálculos do departamento americano é a perspectiva para a produtividade. O órgão projetou que cada caixa de laranja renderá 1,56 galão (equivalente a 5,9 litros). O cálculo é 1% menor do que o do mês passado, mas 4% maior que o rendimento da safra 2014/15.

A produção de laranja no Estado tem sido severamente atingida pelo greening, uma doença bacteriana que provoca a queda prematura dos frutos. Na safra anterior (2014/15), quando a safra também foi atingida pela praga, foram colhidas 96,7 milhões de caixas, conforme o USDA.

Nos últimos meses, os preços do suco de laranja têm alternado períodos prolongados de alta, quando o USDA divulga suas projeções de safra, e quedas expressivas após a divulgação de dados relativos ao consumo. O repasse de preços do suco de laranja no mercado futuro para o varejo tem retraído a demanda, o que acabou criando um teto para a valorização da commodity.

O USDA também divulgou ontem suas projeções para oferta e demanda de soja, milho e trigo, mas houve poucas novidades e o cenário de oferta confortável perdura. O órgão realizou leves cortes nos cálculos para a safra global de soja e milho em 2015/16 e elevou sua projeção para a produção de trigo.

CTNBio aprova nova soja transgênica da Dow AgroSciences. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 10/12/2015.

SÃO PAULO - A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) divulgou hoje a aprovação da soja transgênica Enlist, desenvolvida pela americana Dow AgroSciences. A tecnologia oferece à planta tolerância aos herbicidas 2,4-D, glifosato e glufosinato de amônio.

A Enlist é a aposta da Dow para rivalizar com as tecnologias transgênicas da Monsanto, oferecendo controle de ervas daninhas que se tornaram resistentes ao glifosato.

“Outras etapas do processo regulatório ainda estão em andamento para que o produto seja aprovado no Brasil. A tecnologia estará disponível para comercialização após a conclusão de todas as fases de autorização, além da aprovação de outros eventos biotecnológicos que compõem o Sistema Enlist”, disse a Dow, em nota.

A Dow entrou com o pedido para a liberação comercial da soja Enlist no país em 2012. Nos EUA, a tecnologia também já está aprovada.

Há cerca de um ano, o herbicida Enlist Duo (usado em conjunto com as sementes geneticamente modificadas que carregam a tecnologia) também havia sido aprovado nos EUA. Entretanto, no mês passado, a Agência de Proteção Ambiental americana (EPA, na sigla em inglês) voltou atrás e pediu mais tempo para análise do produto.

O ingrediente ativo 2,4-D, presente no defensivo, é um dos componentes do “agente laranja”, desfolhante usado durante a guerra do Vietnã e amplamente criticado por grupos ambientalistas.

Reação nas exportações do campo. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 10/12/2015.

Contrariando uma tendência de queda que deu o tom desde janeiro, as exportações brasileiras do agronegócio cresceram em novembro. Nos 11 primeiros meses do ano ainda houve recuo, puxado pelas quedas das cotações internacionais de boa parte das commodities agrícolas vendidas pelo país no exterior.

Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic) compilados pelo Ministério da Agricultura, os embarques do setor somaram US\$ 6,6 bilhões no mês

passado, 8,2% mais que em novembro de 2014. Na comparação, as importações caíram 20,3%, para US\$ 993 milhões. Assim, o superávit setorial subiu 15,5%, para US\$ 5,6 bilhões.

De acordo com Tatiana Palermo, secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do ministério, "o aumento das exportações só não foi maior por causa da queda, quase generalizada, dos preços médios dos principais produtos de exportação do agronegócio".

No caso do "complexo soja" (inclui grão, farelo e óleo), que geralmente lidera o ranking das exportações do agronegócio brasileiro, as vendas externas aumentaram 68% em novembro sobre o mesmo mês de 2014, para US\$ 1,1 bilhão. O item mais vendido nessa lista, a soja em grão, rendeu US\$ 551 milhões, ante US\$ 80,9 milhões em novembro do ano passado. As exportações de óleo de soja e as de farelo foram menores - 7,6% e 7,4%, respectivamente.

As exportações de carnes caíram 9,7% em novembro, para US\$ 1,3 bilhão, as de açúcar e etanol diminuíram 5,2%, para US\$ 780 milhões, e as de café caíram 18,7%, para US\$ 498,3 milhões. Dentre os itens que tiveram resultado positivo em relação ao mesmo mês de 2014 estão os produtos florestais (US\$ 813 milhões, alta de 7,9%) e os cereais, farinhas e preparações (US\$ 862 milhões, alta de 46%), grupo puxado pelo milho.

Principal mercado para as exportações brasileiras do agronegócio, a China importou US\$ 836 milhões em novembro, aumento de 77,5% frente ao mesmo mês de 2014.

Nos primeiros 11 meses do ano, as vendas externas do agronegócio nacional caíram 9,6%, para US\$ 81,4 bilhões. As importações renderam US\$ 12,2 bilhões, uma queda de 20,8% nesse período, e o superávit setorial caiu 7,3%, para US\$ 69,18 bilhões. No intervalo, as exportações de soja e derivados recuaram 12%, para US\$ 27,1 bilhões, enquanto as de carnes caíram 15,6%, para US\$ 14 bilhões, e as de açúcar e etanol diminuíram 20%, para US\$ 7,5 bilhões. No caso dos produtos florestais houve alta de 3,6%, para US\$ 9,4 bilhões.

Em São Paulo, Tatiana Palermo destaca avanços das exportações do agronegócio – MAPA. 11/12/2015.

Secretária de Relações Internacionais discursou durante evento da Apex.

A secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Tatiana Palermo, destacou os avanços das exportações do agronegócio durante o evento Mais Brasil no Mundo, promovido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), em São Paulo.

Tatiana Palermo afirmou a empresários e autoridades que o Mapa reabriu todos os mercados mundiais para a carne bovina brasileira, eliminando embargos que impediam a venda do produto a outros países. A mais recente conquista foi o Japão, que anunciou abertura à carne processada na semana passada.

Durante o evento, nessa quinta-feira (10), a secretária destacou ainda a abertura dos maiores mercados mundiais de lácteos: China, Rússia e Japão. "Só a China e a Rússia importam 21% de tudo que o mundo compra. Nós exportamos somente 1% dos lácteos que produzimos. Podemos triplicar esse resultado até 2018", assinalou.

Ela também enfatizou que a coragem da ministra Kátia Abreu à frente do Mapa permitiu várias conquistas ao setor: “O agronegócio é muito competitivo. Um dos setores mais competitivos da nossa economia. Um setor vencedor. E o governo tem que corresponder. Ser ágil, moderno e eficiente.”

Exportações de carne bovina recuam 17% no ano. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 11/12/2015.

A fraca demanda dos três maiores clientes do Brasil - Hong Kong, Rússia e Venezuela - derrubou as exportações de carne bovina este ano. De acordo com estimativa divulgada ontem pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), os embarques do produto ao exterior totalizarão 1,4 milhão de toneladas, queda de 7% na comparação com as 1,5 milhão de toneladas exportadas em 2014.

O desempenho também afetou a receita cambial obtida com as exportações de carne bovina do Brasil. Conforme a Abiec, as vendas do produto brasileiro ao exterior devem render US\$ 6 bilhões, montante 17% inferior aos US\$ 7,2 bilhões reportados no ano passado.

Em entrevista a jornalistas, o presidente da Abiec, Antonio Camardelli, fez questão de enfatizar ontem o papel negativo que os três clientes tiveram no desempenho geral. Juntos, Hong Kong, Rússia e Venezuela diminuíram os gastos com as compras do produto brasileiro em cerca de US\$ 1,5 bilhão apenas no acumulado de 2015 até novembro. O valor supera inclusive a queda de US\$ 1,2 bilhão das exportações como um todo em 2015.

A forte redução da demanda de Rússia e Venezuela está relacionada à severa crise econômica vivida pelos dois países. Já as exportações para Hong Kong foram afetadas pela maior fiscalização da China contra a triangulação de carnes, de acordo com fontes do mercado.

Espécie de "vilã" para os frigoríficos nas vendas para Hong Kong, a China aparece também como a maior esperança para 2016. A Abiec projeta que as exportações rendam US\$ 7,5 bilhões no próximo ano - um recorde. O volume exportado também deve crescer, para 1,7 milhão de toneladas.

"A China foi de fato um presente de natal antecipado", avaliou Camardelli, citando a reabertura, em maio, do mercado da China às exportações de carne bovina in natura do Brasil. Já em 2015, as exportações aos chineses surpreenderam, e o país se tornou um dos três maiores compradores do Brasil.

Com a expectativa de que mais três frigoríficos brasileiros sejam autorizados a exportar para China ainda em janeiro de 2016 - atualmente, são onze plantas habilitadas -, a Abiec projeta que as exportações para o país asiático atingirão um volume mensal entre 20 mil e 25 mil toneladas em 2016, rendendo US\$ 1,3 bilhão.

Além da China, os EUA também sustentam o otimismo da Abiec. Anunciada em junho deste ano durante a visita da presidente Dilma Rousseff ao país, a abertura do mercado americano à carne bovina in natura do Brasil deve superar os entraves pendentes no primeiro semestre do 2016, disse o diretor-executivo da Abiec, Fernando Sampaio. Assim, a expectativa é que os primeiros embarques ocorram no segundo semestre. As projeções da Abiec já consideram uma receita de US\$ 102 milhões com as vendas aos EUA.

Aumento da colheita de laranja no Brasil não deverá ampliar oferta de suco. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 11/12/2015.

Se na quarta-feira o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) voltou a revisar para baixo sua estimativa para a produção de laranja na Flórida nesta temporada 2015/16, ontem o Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus) elevou sua projeção para a colheita em São Paulo e nos principais polos de Minas Gerais. Mas, mesmo que o incremento no Brasil mais do que compense a retração no Estado americano, a diferença não será capaz de alterar o cenário de redução da oferta conjunta da bebida nos dois maiores fornecedores globais.

Conforme o Fundecitrus, mantido por agricultores e indústrias de suco e sediado em Araraquara, a soma das colheitas paulista, do Triângulo Mineiro e do sudoeste de Minas deverá resultar em 286,1 milhões de caixas de 40,8 quilos, 2,5% mais que o estimado em maio (279 milhões). A previsão de maio marcou a estreia do Fundecitrus nesse tipo de levantamento, portanto não há base de comparação. Reunidas na Associação Nacional dos Exportadores de Suco Cítricos (CitrusBR), as grandes indústrias exportadoras de suco brasileiro (Citrosuco, Cutrale e Louis Dreyfus Commodities) calcularam uma colheita de 308 milhões de caixas na região na safra 2014/15.

O aumento da projeção do Fundecitrus, que foi de 7,1 milhões de caixas, foi superior à queda estimada pelo USDA para a Flórida, que ficou em 5 milhões - de 74 milhões para 69 milhões de caixas, o menor volume desde 1963, graças à proliferação do greening (doença bacteriana que provoca a queda prematura dos frutos). Mas essa matemática não preocupa as indústrias exportadoras de suco. As empresas não acreditam que os preços da commodity perderão sustentação porque o aumento previsto foi causado sobretudo pelo reflexo das chuvas sobre o tamanho das frutas e não representará uma oferta maior de suco.

"Em novembro, foram necessários 237 frutos para encher uma caixa de laranja, oito frutos a menos do que seriam necessários na estimativa de maio, que previu 245 frutos", informou o Fundecitrus. Com mais água nas frutas, fontes do segmento passaram a considerar que o rendimento industrial das grandes exportadoras, inicialmente estimado em 280 caixas de laranja por tonelada de suco, será prejudicado. "Isso compensará com folga o aumento da produção da fruta", afirmou um especialista.

Essa equação ganha especial importância porque, depois de muito tempo, as cotações internacionais do suco têm sido guiadas mais pelos problemas relacionados à oferta do que à contínua deterioração de demanda global. Termômetro disso são as cotações dos contratos futuros de segunda posição da commodity na bolsa de Nova York. Na quarta-feira, em razão da correção do USDA para a Flórida, os preços alcançaram o maior patamar em mais de um ano. Ontem houve queda - os papéis para março caíram 101 pontos, para 64,55 centavos de dólar por libra-peso -, mas o patamar continua remunerando bem as indústrias brasileiras, que também têm contado com a ajuda da valorização do dólar sobre o real.

Segundo a CitrusBR, a demanda por suco de laranja brasileiro no exterior também está relativamente aquecida. Nos primeiros 11 meses do ano, houve aumento das vendas para os concorrentes americanos, por causa da oferta menor naquele país, e mesmo para destinos mais acostumados ao consumo de sucos de abacaxi e maçã, cujos preços internacionais subiram mais que o de laranja.

De janeiro a novembro, os embarques do Brasil somaram 969,9 mil toneladas equivalentes ao suco concentrado e congelado (FCOJ), 8,3% mais que em igual período de 2014. A receita dessas vendas ainda aparece com queda na comparação, mas o tamanho desse recuo diminuiu para 1,6% e as exportações chegaram a US\$ 1,615 bilhão até novembro.

Comércio externo é única fonte de crescimento no Brasil atualmente, diz CNI. Álvaro Campos – Jornal O Estado de São Paulo. 11/12/2015

Expectativa é que a certificação OEA torne o País mais competitivo

SÃO PAULO - O diretor de desenvolvimento industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Eduardo Abijaodi, lembrou que o comércio externo é a única fonte de crescimento no Brasil atualmente. A declaração foi dada no seminário internacional "Projeto OEA: Compliance", organizado pela Aliança Procomex e promovido pela Receita Federal.

Abijaodi afirmou que a implementação do programa de Operador Econômico Autorizado (OEA), cuja segunda fase está sendo lançada nesta sexta-feira, é um sinal claro de que o Brasil tem avançado na conformação dos controles aduaneiros aos padrões mundialmente reconhecidos. "Ao reduzir as exigências burocráticas, estimular e promover a modernização aduaneira, o programa OEA traz maior segurança e competitividade. O operador OEA terá prioridade na conferência das autoridades aduaneiras, reduzindo significativamente o tempo do processo e gerando economia de custos", comentou.

Ele ressaltou, porém, que agora o Brasil precisa trabalhar para fechar acordo de reconhecimento mútuo de operadores OEA. "A garantia de rápidos desembarques de cargas é uma etapa fundamental, mas a competitividade estará mais assegurada se as aduanas de destino das exportações também reconhecerem os controles estabelecidos aqui". Abijaodi lembrou que alguns dos principais parceiros comerciais do Brasil já possuem certificação OEA, como EUA, União Europeia, Coreia do Sul, Japão, Argentina, México e China.

O representante da CNI cobrou que, mesmo no contexto atual de baixo crescimento, que reflete na arrecadação de impostos, o governo garanta integralmente os recursos necessários para a conclusão da implementação do OEA, possibilitando que se cumpra a meta de 50% das operações de importação e exportação do Brasil sendo feitas por meio de empresas habilitadas nesse programa.

Já o coordenador executivo da Aliança Procomex, John Mein, apontou que o OEA vai mudar significativamente a maneira como a Receita Federal trabalha e também seu relacionamento com as empresas, "tornando o País muito mais competitivo no comércio internacional".

O que é. De adesão voluntária, o OEA consiste numa certificação concedida pelas Aduanas a todos os agentes da cadeia de importação e exportação que lhes dá o status de empresa confiável. De acordo com a Receita, o objetivo da implementação do OEA é ter maior segurança e objetividade para o País, uma vez que as autoridades aduaneiras veem as empresas OEA como companhias que atendem a padrões mínimos de segurança, o que reduz a necessidade das aduanas de fiscalizá-las frequentemente.

Mundo aprova acordo histórico em defesa do clima. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente. 12/12/2015

Mais de 190 países concluíram, neste sábado (12/12), pacto histórico para conter o aquecimento global. Após intensa negociação em que o Brasil assumiu papel decisivo, a comunidade internacional aprovou o Acordo de Paris com medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e, com isso, limitar o aumento da temperatura da Terra em até 1,5°C até 2100. Liderada pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, a delegação brasileira obteve sucesso com a inclusão dos principais pontos defendidos pelo País no texto final do compromisso.

As principais questões ligadas às mudanças do clima foram incluídas no acordo. Além de prever aumento para além de US\$ 100 bilhões por ano para financiar ações a partir de 2020, o texto final estabelece o objetivo de manter o aumento da temperatura média global a bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais e garantir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C. O documento prevê, ainda, a revisão dos esforços dos países a cada cinco anos, como forma de possibilitar uma maior ambição conforme a circunstância nacional.

As questões resolvidas com o pacto incluem a diferenciação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Defendido e negociado à exaustão pelo Brasil, o posicionamento de que nações devem progressivamente ter obrigações mais robustas foi incluído no texto do acordo. “O Brasil está muito satisfeito com o acordo”, reiterou a ministra Izabella. “O texto adota a flexibilidade e progressão na diferenciação, que é baseada justamente na proposta do Brasil. Vamos, sim, para uma nova fase de clima.”

CREDIBILIDADE

O aumento da ambição e o restante dos pontos defendidos pelo Brasil fazem parte, agora, do acordo estabelecido na 21ª Conferência das Partes (COP 21), que ocorreu durante as duas últimas semanas em Paris. A ministra Izabella destacou a liderança brasileira na construção do pacto. “Todos reconhecem que somos um país que sempre se colocou para construir soluções”, avaliou. “A atuação brasileira dá credibilidade política para o país para além do que já temos feito em relação à redução de emissões de gases de efeito estufa.”

O envolvimento mundial com a questão climática também foi destacado por Izabella Teixeira. A ministra ressaltou que foram quatro anos de negociação diplomática até a aprovação do Acordo de Paris. “É um trabalho de todos, um compromisso com o mundo todo a bordo”, declarou. Para ela, todos os setores, além do governo federal, tiveram participação fundamental. “Há um fortalecimento da política externa brasileira e uma mobilização expressiva da sociedade, com a participação de coalizões e iniciativa empresarias que dão nova abrangência para o debate sobre clima no Brasil.

Os líderes mundiais reunidos na COP 21 também comemoraram o sucesso do Acordo de Paris. Presidente da Conferência, o ministro de Negócios Estrangeiros da França, Laurent Fabius, ressaltou o empenho global em resolver questões colocadas por posições individuais dos países signatários da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês). “O acordo traz importantes avanços antes vistos /como impossíveis de se alcançar”, afirmou.

Ponto a ponto:

Confira os principais pontos do Acordo de Paris:

- Fortalece a implementação da UNFCCC sob os seus princípios
 - Busca limitar o aumento da temperatura média global a bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais e empreender esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C.
 - Promove o financiamento coletivo de um piso de US\$ 100 bilhões por ano para países em desenvolvimento, considerando suas necessidades e prioridades.
 - Estabelece processo que apresenta as contribuições nacionalmente determinadas (INDCs), com metas individuais de cada país para a redução de emissões de gases de efeito estufa.
 - Cria um mecanismo de revisão a cada cinco anos dos esforços globais para frear as mudanças do clima.
-

Licenciamento ambiental é dilema para chineses. André Borges – O Estado de São Paulo. 13/12/2015

Empresários não entendem a dificuldade para a liberação de novas hidrelétricas na região amazônica

BRASÍLIA - Se o processo de licenciamento ambiental de obras de infraestrutura no Brasil já é alvo de críticas do empresário brasileiro, tente explicar essas exigências do setor elétrico para um empreendedor chinês. Aos olhos dos asiáticos, torna-se algo incompreensível.

Numa recente conversa realizada em Brasília entre empresários chineses e representantes do governo brasileiro, os chineses simplesmente não conseguiam entender as dificuldades de se liberar novas hidrelétricas na Amazônia. Basicamente, queriam apenas saber “qual é o preço” para autorizar o leilão da obra.

Compreende-se. Na semana passada, pela primeira vez na história, a cidade de Pequim emitiu um alerta vermelho por conta da poluição que toma conta da capital.

O mais grave alerta na escala levou à proibição de circulação de metade dos veículos, restrição da atividade de fábricas e obras a céu aberto, além da recomendação para que as escolas não funcionem. O governo recomendou ainda que as pessoas utilizem máscaras ou outras medidas de proteção.

Os grandes vilões das emissões de partículas no ar são, principalmente, as usinas de energia a carvão, a queima de combustível pelos veículos e as atividades das indústrias e da construção civil. Foram encontradas 206 microgramas de partículas por metro cúbico no ar, enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera aceitável, no máximo, a presença de 25 microgramas por metro cúbico.

Na marra. “Eles estão aprendendo na marra. Para eles, nossa legislação não faz sentido”, disse ao Estado um executivo brasileiro que atua junto a empresas chinesas em um dos maiores projetos de linha de transmissão do País, em plena Amazônia.

Dificuldades à parte, a investida chinesa sobre os projetos e ativos do setor elétrico brasileiro segue inalterada. No mês passado, a gigante China Three Gorges, que opera a maior hidrelétrica do mundo, venceu a licitação das usinas de Ilha Solteira e Jupia, que pertenciam à Cesp, e se tornou a oitava maior geradora do País.

No radar da Three Gorges está o prometido leilão da usina de São Luiz do Tapajós, um projeto de R\$ 30 bilhões que o governo quer leiloar em 2016. Nos planos oficiais do governo, São Luiz seria o último grande empreendimento de geração hidrelétrica previsto para a Amazônia.

Na área de transmissão, a chinesa State Grid tem dado as cartas. Já venceu os dois leilões das linhas de transmissão que vão escoar a energia de Belo Monte e atua ainda na linha da hidrelétrica de Teles Pires, na qual enfrentou sérias dificuldades de licenciamento ambiental.

Para o futuro, a empresa já sinalizou interesse em ativos de distribuição que serão colocados à venda pela Eletrobrás, além de projetos de energia solar.

China quer usina de carvão no Brasil. André Borges – Jornal O Estado de São Paulo. 13/12/2015

Estatais chinesas e empresários gaúchos planejam construir térmica de R\$ 4 bi

BRASÍLIA - A ofensiva chinesa no setor elétrico brasileiro mira agora a construção de usinas térmicas movidas a carvão. Um projeto avaliado em R\$ 4 bilhões está sendo costurado por duas estatais chinesas e empresários gaúchos.

A usina, batizada de Ouro Negro, que prevê gerar 600 megawatts (MW), seria construída entre os municípios do Rio Grande do Sul de Pedras Altas e Candiota, na fronteira com o Uruguai. Pela capacidade, seria a segunda maior usina a carvão do País, só atrás da térmica de Pecém, de 720 MW, em operação no Ceará.

O empreendimento é liderado por duas grandes empresas chinesas, a Power China Sepco e a Hebi Company Energy. Do lado brasileiro está o empresário Silvio Marques Dias Neto, que já presidiu a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) do Rio Grande do Sul e foi prefeito de Pedras Altas por dois mandatos, de 2001 e 2008. Os chineses terão o controle da operação, com dois terços da usina.

A engenharia financeira do negócio abriu mão de apelos ao caixa combalido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A previsão é de que 80% do empreendimento seja financiado diretamente pelo Banco de Desenvolvimento da China, que é o banco de fomento do gigante asiático. Assim como o dinheiro, também deve vir da China cada parafuso usado para erguer a usina. Todo o desenho da térmica foi feito pelo centro de estudos chinês Northwest Electric Power Design Institute.

O empreendimento já foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mas ainda precisa obter autorização ambiental. Para que possa participar do leilão de energia, feito pelo governo para contratar a construção de novas usinas, os chineses precisam ter em mãos a licença prévia ambiental do projeto, documento que aponta a sua viabilidade. Sem essa licença, não é possível fazer a oferta da energia que será entregue pelo empreendimento.

Os empresários já protocolaram o pedido de licença prévia no Ibama, que pediu informações complementares e marcou para janeiro as audiências públicas que discutirão o projeto com a população local. “Estamos muito empolgados com o projeto e animados para viabilizar sua licença a tempo de entrar no leilão no início do ano”, diz o empresário Silvio Marques Dias Neto.

No dia 5 de fevereiro de 2016, o governo fará o chamado “leilão A-5”, realizado para contratar a energia de usinas previstas para entrar em operação daqui a cinco anos. De

acordo com Dias Neto, os chineses têm condições de erguer a térmica em bem menos tempo, em cerca de três anos e meio.

Impacto. A geração de energia pela queima de carvão mineral tinha sido praticamente banida do Brasil. Foram nove anos sem contratar nenhum projeto com esse insumo, por conta de seu alto impacto ambiental, até que um novo projeto foi contratado em novembro de 2014. No leilão, a Tractebel Energia, empresa do grupo GDF Suez, conseguiu fechar negócio para construção da Usina Pampa Sul, que está em construção em Candiota (RS). Com 340 MW de capacidade, Pampa Sul deve entrar em operação em janeiro de 2019. A usina será construída pela empresa chinesa Sdepci.

“Os projetos evoluíram. Hoje usamos tecnologias que reduzem muito o impacto ao meio ambiente”, afirma Dias Neto, acrescentando que as cinzas do carvão, por exemplo, poderão ser filtradas e vendidas como matéria-prima para indústria de cimento. “Além disso, estamos falando de aproximadamente 4 mil empregos gerados na fase de construção e de outros 500 postos durante a operação. É um projeto estratégico para a região.”

Em outubro, a nova empresa Ouro Negro Energia S/A assinou um protocolo de intenções com o governo do Rio Grande do Sul. O documento prevê isenção de ICMS para equipamentos que eventualmente sejam adquiridos no Brasil, além de isenção do imposto para aquisição de matérias-primas como cal, calcário e carvão mineral.

Hoje, o Brasil tem 13 usinas a carvão em operação, que somam 3.389 MW de potência, o equivalente a 2,4% de toda a potência elétrica do País.

Valorização do cacau pressiona indústria. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 14/12/2015.

Se a maior parte das commodities sofreu com uma onda de forte desvalorização neste ano, o cacau nadou contra a corrente e já acumula ganhos de 15,9% desde janeiro na bolsa de Nova York, voltando nas últimas semanas aos maiores valores desde 2011. Maximizado por compras especulativas, esse aumento das cotações já gera ajustes na indústria, uma vez que o baixo ritmo de crescimento global dificulta o repasse de custos.

E o crescimento das apostas dos fundos de que o cacau vai continuar em alta tem sido expressivo. No último dia 8, os gestores de recursos (investidores não comerciais, ou "managedmoney") estavam com um saldo líquido comprado (expectativa de alta dos preços) de 47.226 contratos em Nova York, segundo a Comissão de Negociação de Futuros de Commodities (CFTC, na sigla em inglês). O volume de posições compradas brutas, de 79.079, foi o segundo maior da história.

No dia 7, os contratos futuros do cacau para entrega em março haviam fechado a US\$ 3.417 a tonelada, maior patamar desde 10 de março de 2011, no ápice de uma guerra civil na Costa do Marfim, que responde por 40% da produção global da amêndoa.

Na época, o ex-presidente Laurent Gbagbo se recusara a aceitar a derrota eleitoral e decidiu tomar o controle do comércio de cacau do país, uma das principais receitas para o governo. Em 2014, os preços também se aproximaram dos níveis de 2011 em meio a temores sobre os reflexos do ebola sobre as exportações da Costa do Marfim, que não se concretizaram.

Neste ano, ainda não há uma falta de oferta concreta que justifique preços tão altos elevados. Pelo contrário, as poucas indicações do mercado sugerem que a safra 2015/16 deverá ter mais amêndoa em circulação, como mostram as entregas elevadas nos portos da Costa do Marfim e a previsão de superávit de 36 mil toneladas da Organização Internacional do Cacau (ICCO).

Um dos motivos citados mais recentemente para a disparadas de preços é a chegada dos ventos do deserto do Saara, conhecidos como Harmattan, no oeste da África. Secos e com areia, eles podem prejudicar a produtividade das lavouras. "Muitos estão preocupados com o fornecimento de curto prazo, embora a safra possa ser muito forte", disse Edward George, gerente de pesquisa do Ecobank, sediado em Londres.

O analista lembra que a Páscoa será mais cedo em 2016, em março, o que força as indústrias processadoras de cacau a anteciparem as moagens para atender à demanda para a produção de chocolate no início do ano. Ele estima, porém, que em abril a demanda industrial perderá força.

Para as indústrias, a escalada das cotações é preocupante. "Em termos mundiais, não há rentabilidade na indústria processadora. E a indústria consumidora [de subprodutos de cacau] continua retraída, porque espera que os preços vão cair", avaliou Thomas Hartmann, diretor da TH Consultoria, sediada em Salvador.

Para contornar a situação, alguns ajustes já foram iniciados. Em novembro, a Barry Callebaut, maior processadora de cacau e produtora de chocolate de alta qualidade do mundo, anunciou que fechará sua fábrica em Bangpakong, na Tailândia, em janeiro, e reduzirá a capacidade em sua planta de Port Klang, na Malásia.

No balanço da safra 2014/15, a companhia informou que a medida derivava de um cenário com "excesso de capacidade de moagem e baixa demanda por produtos de cacau", que "tiveram um impacto negativo na rentabilidade". O lucro operacional (Ebit) da empresa na safra caiu 42,4%, para 47,2 milhões de francos suíços.

O movimento de ajustes, porém, não é unânime. A asiática OlamInternational, que acabou de completar a aquisição dos negócios de cacau da americana ADM, aposta no crescimento da demanda no mundo emergente. "O consumo deve crescer cerca de 4% anualmente, com países como Índia, China e Indonésia liderando a alta", disse SatyaSathyamurthy, diretor da Olam para Argentina, Brasil e Uruguai.

Para o Brasil, entretanto, as perspectivas para o consumo não são nada positivas. A Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), que representa 95% do parque processador nacional, estima que 2015 terminará com queda de 5% na moagem, que deverá somar 215 mil toneladas. "E o cenário é bem difícil para o ano que vem. O mercado interno deve continuar em recessão, e o externo é uma incógnita", disse Walter Tegani, secretário executivo da AIPC.

Ministro defende atuação intensa do Brasil no exterior – Jornal O Estado de São Paulo. 14/12/2015

Armando Monteiro, do MDIC, afirma que o País precisa deixar o caráter intervencionista de lado

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Armando Monteiro, defendeu durante sua participação no evento uma estratégia intensiva do

Brasil em direção ao comércio exterior. Para Monteiro, é preciso deixar o caráter intervencionista de lado.

“O Brasil importa 10% do PIB e isso é muito pouco competitivo. O País se ressentido de não ter uma agência de crédito especializada em exportações”, comenta o ministro. “O comércio exterior é uma avenida de crescimento que precisamos trilhar”, afirmou.

Monteiro sustentou que, em termos de acordos internacionais, o Brasil deve priorizar a atuação no Mercosul, que é o marco já existente. Neste sentido, o ministro demonstrou uma expectativa positiva para o Brasil em relação à postura sinalizada pelo novo presidente argentino Mauricio Macri, empossado na semana passada.

“Ele tem uma posição muito aberta, pró comércio, mais liberal. Isso indica claramente que as medidas restritivas dos últimos anos serão suspensas e reafirma que a relação com o Brasil tem caráter absolutamente estratégico”, avaliou Monteiro.

Pelo fortalecimento da agricultura familiar na América Central. Site do MDA, terça-feira, 15 Dezembro, 2015

O secretário Nacional de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Onaur Ruano, participou hoje (15), em El Salvador, da Primeira Reunião Regional sobre Diálogo e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar, com foco nos países da América Central.

O principal objetivo do encontro é o intercâmbio de experiências em políticas públicas para a agricultura familiar e o fortalecimento e ampliação do diálogo regional permanente para o desenvolvimento rural, contribuindo assim para o processo de integração da América Central, a exemplo do sucesso que é a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf) no Mercosul. O Brasil apresentou sua maneira de construção participativa das políticas públicas para a agricultura familiar, destacando a importância do diálogo com os movimentos sociais.

“Nota-se que os problemas que afetam a agricultura familiar são comuns na região, como um sólido marco legal e reconhecimento dos Estados, dificuldades de acesso à terra, ao financiamento para a produção, aos mercados com condições justas, à inclusão social e produtiva. O Brasil é exemplo de luta contra esses obstáculos. Assim, sua participação muito contribuiu para a reflexão das autoridades da região sobre o desenvolvimento e a forma de criação e implementação de suas diversas políticas para fortalecer a agricultura familiar”, afirmou o oficial de Políticas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Adoniram Sanches.

A reunião é promovida pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em parceria com o Conselho Agropecuário Centro-Americano (CAC), e o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA).

Agricultura na América Central

Na América Central há cerca de 2,3 milhões de unidades produtivas da agricultura familiar, envolvendo mais de 11,7 milhões de pessoas - diretamente ou que dependem do trabalho de suas famílias para obter seu meio de vida. Essas unidades empregam, de forma permanente ou temporária, cerca de 4,7 milhões de pessoas que não são membros da família.

Aproximadamente, 70% da população rural estão concentradas na Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua, sendo que quase a metade desse montante se encontra

na Guatemala (46%). Estima-se que o peso econômico da agricultura familiar representa algo em torno de 50% do setor agrícola da América Central.

Picos tarifários dificultam entrada de produtos agropecuários no mercado da China – CNA. 15/12/2015.

Brasília (15/12/2015) – Principal destino das exportações brasileiras do agronegócio brasileiro, a China ainda impõe barreiras para a entrada de vários produtos deste setor em seu mercado. Comprovam isso, os altos percentuais de taxaço aplicados à importação de determinados itens da pauta comercial com o país asiático, os chamados “picos tarifários”. Estas alíquotas estão bem acima das tarifas médias cobradas sobre a aquisição de bens estrangeiros e variam de 17% a 65% sobre o valor do produto. Com tarifas menores ou com um acordo comercial entre as duas nações, o Brasil poderia ampliar e diversificar a pauta exportadora.

A conclusão faz parte de um estudo elaborado pela Superintendência de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que avaliou o comércio de 119 produtos agropecuários brasileiros que podem ter seu acesso à China prejudicado devido aos picos tarifários.

Segundo o boletim, de 2012 a 2014, a média anual das exportações mundiais brasileiras desses 119 produtos foi de US\$ 22,9 bilhões. A China foi destino de apenas 5,4% desse valor: US\$ 1,2 bilhão. No mesmo período, a China importou, os mesmos itens do restante do mundo, o equivalente a US\$ 10,0 bilhões. Entre os grupos de produtos que apresentaram casos de picos tarifários na China estão: açúcares, café, carnes, castanhas, cereais, especiarias, frutas e sucos, gorduras e óleos e outros produtos de origem animal. Nesse sentido, a alta taxaço pode ser um impeditivo para o Brasil diversificar e ampliar a pauta de exportações para o território chinês.

Entretanto, o baixo volume de vendas externas para o país asiático nem sempre está ligado aos picos tarifários. De acordo com o estudo, outros fatores, como a localização geográfica da China, que implica em um custo maior de transporte e logística, e a baixa demanda chinesa também explicam o pequeno fluxo comercial de alguns produtos entre os dois países. Além disso, a China possui 14 acordos de livre comércio, o que aumenta a concorrência para alguns produtos brasileiros.

No caso do café, o Brasil, maior produtor e exportador mundial, encontra dificuldades para acesso ao mercado chinês. O país tem participação global de 12,3% no mercado de extratos, essências e concentrados de café, mas apenas 0,4% do total teve a China como destino, e a tarifa aplicada à importação do produto brasileiro é de 17%. Outro motivo que dificulta os embarques do café é a proximidade do território chinês com o Vietnã, um dos principais concorrentes do Brasil.

Um dos picos tarifários mais altos verificados na China é o do milho, cuja tarifa de importação é de 65%. O governo daquele país ainda adota cotas globais de importação para o cereal, de 7,2 milhões de toneladas. O Brasil, terceiro maior produtor e segundo maior exportador mundial de milho, possui uma fatia de 16,5% do comércio global do grão. Já a China é a segunda maior consumidora mundial desse produto. Contudo, as vendas para a China no período foram irrisórias.

Apesar da assinatura do protocolo para exportação de milho para a China, em novembro de 2013, a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular Da China (AQSIQ) só aprovou a importação de milho do Brasil em abril do ano passado, o que pode ajudar a justificar o baixo volume de comércio entre os

dois países. Desta forma, diz o estudo, os efeitos das cotas globais e dos picos tarifários só poderão ser mensurados a partir do próximo ano.

Ainda de acordo com o estudo, o mamão papaia é mais um exemplo de produto cujo pico tarifário pode ter influenciado o comércio. O Brasil responde por 17,9% das exportações desta fruta no mercado internacional. Entretanto, não houve registro, no período analisado, de importações chinesas do mercado brasileiro. A tarifa aplicada para o mamão é de 25%. Apesar de o país asiático não ser um tradicional importador deste produto, o pico tarifário pode ser um dos motivos para a ausência de comércio com a China.

Em relação ao suco de laranja, o Brasil responde por 36,6% do mercado mundial, mas não exporta para a China, que aplica tarifa de 30% e importou o produto brasileiro. Além do pico tarifário, há mais um obstáculo técnico, pois os chineses exigem limites microbiológicos para bolores e leveduras abaixo dos padrões internacionais.

Kátia Abreu avalia o fim de impostos agrícolas na Argentina – MAPA. 15/12/2015.

A decisão não deve afetar o setor agrícola brasileiro, diz ministra.

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) disse, nesta terça-feira (15), que a Argentina tomou uma medida correta ao acabar com o imposto de exportação para grãos e carne bovina. “Quando um país tributa as suas exportações está tirando a competitividade de seus produtores”, afirmou. A ministra não acredita que a decisão tenha impactos para o Brasil. “A pior coisa do mundo é você ter vizinho que não vai bem. Quando tem fazendeiro em volta de mim que não está bem, eu fico preocupada. A coisa melhor do mundo é um ambiente favorável. Então a gente não tem que ter medo da competição. Esse é o mercado”, comentou a ministra.

A decisão do governo argentino foi anunciada nessa segunda-feira (14) pelo presidente Mauricio Macri, que assinará um decreto para zerar a tarifa de todos os grãos, entre eles milho, trigo e soja. Antes, o imposto de exportação para o milho era 20%. Já para o trigo, o percentual ficava em 23% e para a carne bovina, 15%. No caso da soja, a tarifa não será eliminada imediatamente e, sim, reduzida de 35% para 30%. O plano da Argentina é baixar progressivamente o imposto do grão até eliminá-lo em 2022. “Quando zerar, os produtores argentinos vão vender o produto no mercado internacional a preço competitivo”, avalia o economista e secretário de Política Agrícola do ministério, André Nassar.

Com o fim de todas as tarifas, o governo argentino estima que deixará de receber US\$ 1 bilhão por ano. Em contrapartida, espera aumentar a entrada de dólares no país e estimular a produção agrícola interna. “A medida poderá ter reflexo positivo na safra 2016/2017 dos argentinos, com incremento na produção”, avaliou o secretário. Segundo ele, o estímulo ao setor agrícola não terá reflexos no Brasil. “Nosso país exporta sobretudo soja em grão, enquanto a Argentina é mais forte na venda de farelo”, explicou o secretário.

Objetivo brasileiro é negociar acordos além do Mercosul. Vivian Codogno – O Estado de São Paulo. 15/12/2015

Especialistas alertam para o isolamento comercial do País, que hoje estimula pouco as trocas com nações vizinhas como Peru e Colômbia

Em um contexto de notícias negativas em relação ao cenário econômico, o fato de o saldo da balança comercial brasileira operar de forma positiva em 2015 pode parecer um alento.

Governo brasileiro precisa, agora, costurar novas parcerias bilaterais no mundo

Trocando em miúdos, isso significa que o País, até o momento, exportou sua produção mais do que comprou de nações parceiras. No acumulado do ano, as exportações somam US\$ 177,3 bilhões e as importações, US\$ 163,1 bilhões, com saldo positivo de US\$ 14,2 bilhões, melhor resultado para o período desde 2012, quando o saldo da balança comercial somou US\$ 13,1 bilhões, conforme mostram números do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O caminho para conquistar o mercado externo, porém, é longo. Em termos de acordos comerciais, o Brasil tem sob o seu guarda-chuva de política externa o Mercosul, bloco que une os interesses de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, como membros, e Chile, Peru, Colômbia, Equador, Guiana e Suriname, enquanto nações associadas, em uma área de livre comércio. Trata-se da principal movimentação comercial externa do País desde 1992, quando o acordo foi firmado.

Em números, o Brasil exportou para o Mercosul, em 2014, US\$ 20,4 bilhões, e em 2015, até o mês de outubro, esse número foi de US\$ 15,2 bilhões, de acordo com o MDIC. Do lado das importações, o país comprou do bloco, até outubro de 2015, US\$ 10,578 bilhões. A cada quatro produtos que saem do Brasil rumo a mercados externos, um deles tem como destino algum país ligado ao Mercosul.

Estar atrelado a países com pouca relevância no cenário atual de trocas comerciais (leia mais abaixo) e limitado pela cláusula 32/2000 estabelecida pelo próprio Mercosul, que impede os membros do bloco de negociarem individualmente com outros acordos pode, porém, estagnar a política externa do Brasil. Especialistas apontam que essa paralisia já vem acontecendo.

Para o professor de Relações Internacionais das Faculdades de Campinas (Facamp), Pedro Costa Junior, a saída para essa encruzilhada pode estar nos acordos bilaterais, entre países que negociam por si, política reforçada nos últimos anos com parcerias com países africanos e do Oriente Médio.

“Somos uma liderança internacional sem precisar fazer força. Temos o maior território da América Latina, o maior PIB do continente e nos falta exercer essa liderança. A Colômbia vem crescendo 5% ao ano, a Bolívia próxima disso. E não estamos dialogando com esses países.”

Além de cativar a vizinhança, Pedro aponta que alçar voos mais longos em direção aos mercados em ascensão também é um caminho que tende a ampliar possibilidades de mercado consumidor.

“É importante o Brasil estar concentrado na reformulação estrutural do comércio mundial. China e Índia, por exemplo, têm os maiores mercados consumidores do mundo. Não podemos viver de Mercosul. É importante, mas o que interessa não está lá”, explica Pedro.

A abertura com a África, apesar de contestada, hoje representa a relação com o 4º maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas de Estados Unidos, China e Argentina. “No eixo ‘sul-sul’, que envolve países como Moçambique e Angola, se concentram muitas empresas brasileiras e o lucro que vem de lá é extraordinário”, analisa Costa Junior.

Política. A transição política na Argentina, terceiro país na lista de principais parceiros comerciais do Brasil, também pode mudar os rumos futuros do Mercosul. O presidente eleito para substituir Cristina Kirchner, Mauricio Macri, é empresário e talvez tenha um pensamento diferente sobre o tema.

“Macri tem um problema doméstico, que é encontrar governabilidade em meio ao peronismo. Apesar disso, ele tende a negociar para transformar o bloco em uma real área de livre comércio, com circulação de produtos, serviços e pessoas”, pontua o especialista em relações internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREI-Unb), Carlos Pio.

"O Mercosul foi muito bom no passado, mas tem se tornado péssimo nos últimos dez anos. É um acordo que nunca se completou porque nenhum dos membros é exatamente liberal. Estamos perdendo em escala mundial", avalia o professor Carlos Pio.

Exportações brasileiras podem crescer US\$ 1,9 bi/ano com a conquista de mercados em 2015 – MAPA. 15/12/2015.

Só os embarques de carne bovina podem ter incremento de US\$ 1,3 bilhão ao ano.

As exportações brasileiras do agronegócio têm potencial de aumentar US\$ 1,9 bilhão ao ano com a conquista e a reabertura de mercados alcançadas em 2015. A informação foi divulgada nesta terça-feira (15) durante coletiva de imprensa da ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), na qual ela apresentou um balanço das ações do ministério em 2015 e as perspectivas para o ano que vem.

O potencial anual de US\$ 1,9 bilhão representa 11,3% do total das exportações do agronegócio. O resultado, comemorado pela ministra e pelo setor, foi possível graças à constante busca do Mapa por novos parceiros comerciais e ao sério trabalho de defesa agropecuária realizado pela pasta, garantindo sanidade das plantas e dos animais e inocuidade dos alimentos.

Entre os mercados negociados em 2015, o principal é o da carne bovina, que tem potencial anual de US\$ 1,3 bilhão em exportações, o que representa 289 mil toneladas. No ano passado, o Brasil exportou US\$ 7,1 bilhões do produto (1,6 milhão de toneladas).

A carne de frango in natura também merece destaque, com potencial de aumento de US\$ 414 milhões ao ano (304 mil toneladas), seguida pela carne suína in natura (US\$ 101 milhões em 52 mil toneladas) e pelos lácteos (US\$ 78 milhões em 20 mil toneladas). Também tiveram avanço importante os mercados para pet food e farinhas de carne, bovinos vivos e ovos.

Para 2016, a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Mapa estima que o país incrementará em US\$ 2,5 bilhões (555 mil toneladas) suas exportações, com ênfase para a venda de carne bovina in natura para Estados Unidos, Japão, Canadá e México.

A ministra afirmou durante a coletiva à imprensa que o Mapa pretende ampliar em 2,3% a participação do Brasil em todo o comércio exterior, saltando de 7,7% (equivalente a US\$ 68,4 bilhões) para 10%. Para isso, continuará investindo em negociações com os 22 principais mercados internacionais que, juntos, representam 75% da atividade comercial mundial.

“Hoje o Brasil representa apenas 7,7% de toda a movimentação comercial no mundo. Temos disponibilidade de terra, clima, tecnologia e inovação para chegarmos a 10%. Essa é nossa meta”, afirmou.

Carne bovina

Kátia Abreu enumerou a queda de 100% dos embargos à carne bovina brasileira no mundo como uma das maiores conquistas do Mapa em 2015. Neste ano, o Brasil reabriu os mercados da China, Argentina, Iraque, Irã, Japão e Arábia Saudita e conquistou pela primeira vez a Coreia do Norte, os Estados Unidos e Mianmar. Além disso, ampliou o comércio de carne bovina com a Rússia.

“Havia vários países importantes que ainda embargavam nossa carne devido ao caso atípico de vaca louca em 2012 e que agora reestabeleceram o comércio. Finalizamos mais recentemente com o Japão. Essas conquistas nos deram bastante alegria para desenvolvermos ainda mais, fazendo com que o Mapa seja uma instituição eficiente, que todos tenham confiança no nosso trabalho”, ressaltou a ministra.

Sem impostos de exportação agropecuária na Argentina, produtor brasileiro enfrentará maior concorrência em curto prazo – CNA. 16/12/2015.

Brasília (16/12/2015) – Eliminar totalmente as tarifas de exportação de carne bovina (15% para 0%), trigo (23% para 0%) e milho (20% para 0%), além da redução do percentual cobrado sobre a venda de soja dos atuais 35% para 30%. Essas são as promessas do novo presidente da Argentina, Mauricio Macri, voltadas à reestruturação de sua economia e ao reestabelecimento de relações exteriores que andavam enfraquecidas. Para a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), as medidas podem afetar os preços internacionais desses produtos no curto prazo. No entanto, em longo prazo, as ações trarão bons frutos para as relações bilaterais, a exportação brasileira e para o Brasil.

Segundo a responsável da Superintendência de Relações Internacionais da CNA, Alinne Oliveira, atualmente a Argentina tem US\$ 11,4 bilhões de dólares em estoque de soja, milho e trigo. “Em um cenário de preços baixos, a retirada dos impostos incentivará a venda dos estoques e o aumento da produção argentinos, consequentemente haverá maior oferta, o que pode deixar os produtos ainda mais baratos. A princípio, esse impacto será negativo para o exportador brasileiro”, observou.

No entanto, comenta Alinne Oliveira, depois do impacto inicial, as medidas adotadas por Macri serão positivas para o Brasil e o Mercosul. “A Argentina terá um melhoramento econômico, refletindo em todo o bloco. Assim, as políticas comerciais terão um melhor alinhamento e novos acordos comerciais poderão ser concluídos, abrindo outros mercados para o Brasil”, frisou. A superintendente de Relações Internacionais da CNA explica que esse fato pode equilibrar a competição e ampliar a abertura de novos mercados para o Brasil, uma vez que a Argentina é um grande importador de produtos manufaturados brasileiros.

Outro aspecto positivo, de acordo com a CNA, é o fato de Brasil e Argentina poderem se unir para conquistar grandes mercados que exigem escala de exportação como China, Rússia e Norte da África. “Tudo isso pode ocorrer se o novo presidente conseguir cumprir suas promessas eleitorais, uma vez que o congresso argentino é da era Kirchner”, finalizou Alinne Oliveira.

Persiste pressão de oferta de lácteos. Alda do Amaral Rocha – **Valor Econômico, Agronegócios. 16/12/2015.**

Num cenário de aumento da produção de leite na Europa e de demanda ainda desaquecida da China, os preços internacionais do leite em pó tiveram pequenos ajustes, e em sentidos opostos, ontem no leilão da plataforma Global Dairy Trade (GDT).

As cotações do leite em pó integral subiram 1,8%, para um valor médio de US\$ 2.304 por tonelada, conforme dados divulgados pela plataforma. Já o leite em pó desnatado alcançou valor médio de US\$ 1.891 por tonelada ante US\$ 1.918 pregão de 1 de dezembro passado.

Os preços negociados nesses leilões são referência para o mercado internacional de lácteos. Participam do pregão players importantes, como a cooperativa neozelandesa Fonterra, uma das maiores exportadoras de lácteos do mundo. Em agosto deste ano, a cooperativa anunciou que reduziria as ofertas de lácteos nos leilões para sustentar as cotações no mercado.

Valter Galan, analista da MilkPoint, consultoria especializada em lácteos, observa que o "mercado andou de lado" ontem e que alta não teve grande relevância. Segundo ele, a conjuntura no mercado internacional de leite persiste e a expectativa é de que a recuperação dos preços só ocorra entre o fim de 2016 e início de 2017.

Isso porque, além de a China continuar não comprando lácteos no mercado, a produção de matéria-prima avança na Holanda e Irlanda, reflexo do fim do sistema de cotas, desde abril deste ano. Os volumes produzidos nesses países, afirma Galan, aumentaram entre 10% e 15% com o fim das cotas.

O analista acrescenta que a produção de leite também cresce nos EUA, outro fator que deve empurrar a recuperação dos preços no mercado internacional para o fim do próximo ano.

Quando fala em recuperação, Valter Galan está se referindo às médias históricas do mercado de leite em pó integral, de US\$ 3.400 por tonelada. Considerando os atuais níveis, isso significa que é preciso uma avanço na casa de US\$ 1.000 por tonelada para que o leite em pó integral alcance o valor histórico.

Texto na OMC propõe fim de subsídios agrícolas à exportação em 2020. Assis Moreira – **Valor Econômico, Agronegócios. 17/12/2015.**

NAIRÓBI - O primeiro texto para se negociar um acordo na agricultura, na conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Nairóbi, foi apresentado nesta quinta-feira, depois de dias de intensas discussões para evitar novo fiasco.

A proposta da presidência do Comitê de Agricultura, ao qual o Valor teve acesso, tenta fazer um equilíbrio entre demandas de países exportadores e importadores de alimentos. A grande expectativa é de como a Índia vai reagir ainda hoje na retomada das barganhas.

O texto que busca consenso, o que está longe de ser garantido, estabelece que os subsídios à exportação de produtos agrícolas sejam eliminados em 2020 pelo países

desenvolvimentos e cinco anos depois naqueles em desenvolvimento. No caso dos produtos industriais, essa proibição foi adotada há 58 anos.

Sobre disciplinas que envolvem garantias de crédito à exportação agrícola, outra forma de dar subsídios, o texto propõe prazo máximo de repagamento em 540 dias. É o mesmo prazo que os Estados Unidos tiveram de aceitar quando perderam a disputa do algodão com o Brasil. A diferença é que no atual Acordo Agrícola da OMC não existe limite, que seria assim agora estabelecido. Evitaria operações que chegam em alguns casos a ter 1080 dias de prazo de pagamento.

Havia propostas para redução do prazo de repagamento para 180 dias, feita pelo Brasil e União Europeia (UE). Mas a presidência do Comitê de Agricultura registrou a forte rejeição dos EUA.

Por outro lado, a proposta de acordo na mesa é para que essas garantias de crédito na exportação agrícola ocorram com taxa de juros e prêmio baseados no risco. As operações precisam ser autofinanciadas. A tentativa é de evitar subsídio disfarçado por essa via, por exemplo pelo Eximbank americano.

No terceiro item, que envolve ajuda alimentar, normalmente Washington compra alimentos de seus produtores e os envia a países pobres, onde organizações que prestam esse auxílio podem vender pelo menos 15% do volume para financiar suas atividades. Só que fazem isso praticando dumping e com poder de derrubar preços internacionais.

Agora, a proposta de acordo agrícola de Nairobi, que será colocada em discussão ainda hoje, não coloca limite percentual, mas tenta frear essa monetização. Um entendimento entre americanos e países africanos também permitirá que esses países possam recusar a prática de monetização da ajuda alimentar em seus mercados.

Já o controle sobre práticas de tradings estatais agrícolas, existentes no Canadá e na Austrália, por exemplo, não tem modificação até agora.

O texto para negociação também faz vai na direção do que querem países importadores que se dizem inquietos com segurança alimentar. Estabelece que continuará em Genebra a discussão sobre a chamada "SSM", medida de salvaguarda autorizando alta temporária de tarifa em caso de súbito aumento de importações ou de baixa de preços.

Mas o texto também prevê que essa discussão deve ocorrer no contexto de negociações sobre acesso ao mercado. Ou seja, se os importadores conseguirem realmente a obtenção desse mecanismo - o SSM - terão por outro lado de garantir acesso ao mercado por exemplo por meio de cotas (limite quantitativo para determinados produtos, com alíquota menor).

Além disso, o texto para negociação reafirma o prazo até 2017, na próxima conferência ministerial da OMC, para que seja encontrada uma solução permanente para as dificuldades que membros do grupo protecionista, como Índia, China, Indonésia, Venezuela, Equador e Cuba, dizem ter na compra de alimentos com preços administrados para a formação de estoques públicos, em razão das regras existentes na OMC sobre subvenções agrícolas.

Os negociadores discutem o texto hoje em Nairóbi. O problema é que a Índia endureceu ontem no fim do dia de novo. Em Genebra, dava a impressão de que sua prioridade era obter uma solução permanente para seus estoques públicos de alimentos. Agora, mudou e coloca ênfase na obtenção da salvaguarda para elevar tarifas de importação agrícola (SSM).

Nestlé privilegia café nacional nos blends de sua nova fábrica. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico, Agronegócios. 17/12/2015.

Quase um ano e meio antes de anunciar o investimento de R\$ 220 milhões na fábrica de cápsulas de Nescafé DolceGusto, que inaugura hoje em Montes Claros (MG), a multinacional suíça Nestlé já estava trabalhando para garantir a matéria-prima para a nova unidade.

Em julho de 2013, a empresa começou a se movimentar para assegurar a oferta de café e identificar no Brasil algumas variedades do grão que estão sendo utilizadas para compor os blends e produtos fabricados em Montes Claros. Até agora, os produtos Nescafé DolceGusto comercializados no país eram importados já encapsulados de unidades da marca na Inglaterra, Espanha e Alemanha.

Nas fábricas europeias da DolceGusto, 65% do café utilizado nos blends é de origem brasileira (arábica natural e conilon) e o restante de países como Vietnã, Colômbia, Etiópia e Quênia. Mas o objetivo, na fábrica brasileira, é a nacionalização da matéria-prima, diz Pedro Malta, gerente agrícola de cafés da Nestlé.

Até porque o Brasil ainda impõe restrições à importação de café verde de outros países. A própria Nestlé, aliás, solicitou autorização para importar grão arábica verde da Etiópia, mas a aprovação depende da área técnica do Ministério do Agricultura, que faz atualmente a análise de risco de pragas do café etíope.

Como as cápsulas de café fabricadas em Montes Claros precisam ter as mesmas características (sabor e aroma, por exemplo) que as produzidas nas outras unidades DolceGusto da Nestlé, a empresa começou, em 2013, a buscar cafés brasileiros que pudessem substituir grãos de outras origens, como o robusta do Vietnã e o arábica lavado da Colômbia.

Para encontrar os substitutos nacionais, a Nestlé desenvolveu uma rede de fornecedores nas regiões onde já compra café no Brasil. O robusta vietnamita foi substituído pelo conilon do Espírito Santo e o arábica lavado colombiano por arábica brasileiro produzido nas regiões de chapadas e do Cerrado de Minas Gerais.

O processo teve três fases, como explica Pedro Malta. Em 2013, a empresa solicitou, no mercado, amostras de cafés que pudessem atender às suas necessidades. Então, em 2014, um grupo de técnicos e consultores foi a campo para orientar produtores e garantir a oferta de cafés com características semelhantes às do que estão sendo substituídos.

Para o conilon, "foi necessário fazer a padronização da peneira (tamanho do grão), da cor [do grão] e do perfil sensorial", explica Malta. Nesse último quesito, significa um café "livre de sabores indesejados, como terra, mofo e fumaça", e com notas de cereais.

No caso do arábica, houve o desenvolvimento de técnicas de lavagem de café, já que alguns produtores que hoje estão fornecendo o arábica lavado para Nestlé ainda não utilizavam a prática. De acordo com Malta, foi adotada metodologia de lavagem de café desenvolvida no leste da África. Naquelas propriedades onde a prática já existia, houve ajustes no tempo de lavagem, por exemplo.

Além da questão da lavagem - no pós-colheita -, também houve ajustes na colheita do arábica. Uma requisito, observa Malta, é a colheita de maior percentual de café na fase

cereja (vermelho). Entre as características sensoriais, nesse caso, estão alta acidez e notas de frutas.

O gerente agrícola de cafés da Nestlé diz que o trabalho foi focado em algumas variedades tradicionais de arábica, como a Mundo Novo e a Catuaí. Mas variedades "mais recentes" da espécie também estão sendo utilizadas, como a Catiguá MG2 e Catiguá MGS Paraíso.

Neste ano, depois da fase de desenvolvimento da rede de fornecedores, a Nestlé voltou às mesmas regiões - que começaram a produzir em escala comercial os grãos requisitados - para iniciar as aquisições de cafés.

Com a nacionalização da matéria-prima, a Nestlé terá um custo total de aquisição menor do que se comprasse cafés estrangeiros, observa Malta. "É mais interessante ter matéria-prima nacional", reafirma. Mas a redução de custos não é a única vantagem. Segundo ele, o "desenvolvimento de produtos no Brasil abre a oportunidade para as compras desses cafés pelas fábricas da Nestlé na Europa".

A estratégia da Nestlé em sua fábrica Nescafé DolceGusto do Brasil foi reduzir "a complexidade" dos blends, afirma Malta. Além dos grãos do Vietnã e da Colômbia, outro excluído foi o arábica queniano, também substituído pelo lavado brasileiro. Assim, neste momento, 100% do café usado pela Nestlé nos blends é brasileiro.

E o trabalho de pesquisa para substituir outros grãos importados continua. Atualmente, a Nestlé busca cafés com características para substituir o café verde etíope lavado. "Tentamos encontrar um café com perfil sensorial parecido com o arábica lavado da Etiópia", diz Malta. Entre as características estão a acidez e o sabor com notas florais. O foco da Nestlé, nesse caso, é a cidade de Venda Nova do Imigrante, no centro-sul do Espírito Santo.

Inicialmente, na unidade Nescafé DolceGusto de Montes Claros serão produzidas quatro variedades de bebidas, mas o número será ampliado gradativamente no ano que vem, segundo a Nestlé. O portfólio da marca tem 21 variedades de bebidas. A fábrica em Montes Claros tem capacidade para produzir 360 milhões de cápsulas por ano.

Brasil vai exportar material genético bovino e bubalino para Costa Rica – CNA. 17/12/2015.

Brasília (17/12/2015) – O Brasil firmou mais um acordo para exportação de material genético. Desta vez, sêmen bubalino poderá seguir para a Costa Rica, graças ao acordo firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Serviço Nacional de Saúde Animal (Senasa), do Ministerio de Agricultura y Ganaderia, da Costa Rica.

O documento garante o cumprimento das condições sanitárias exigidas para o trânsito internacional do material genético de búfalos até o país de destino. Outro Certificado semelhante foi firmado no início do mês de dezembro com a Bolívia relacionado a exportação de bovinos vivos, pois em 2014 cerca de 400 mil bovinos daquele país morreram na enchente dos rios Beni e Mamoré.

A certificação de produtos de origem animal é uma exigência do MAPA e, no caso de exportações de material genético, são estabelecidos Certificados Zoosanitários Internacionais entre país importador e exportador. O acordo selado entre o Brasil e a Costa Rica, país interessado na genética bovina brasileira, vai contribuir com a

melhoria do rebanho costa-riquenho, considerando que seu rebanho bovino é de 1,2 milhão de cabeças, sendo 42% para produção de carne, 33% para produção de leite e os demais 25% do rebanho com dupla aptidão, além de 4.380 cabeças de bubalinos, segundo Censo Agropecuário da Costa Rica publicado em 2014.

O acordo também é uma derivação da Proposta de Ampliação das Exportações de Material Genético e Bovinos Vivos, elaborada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em parceria com a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), entregue ao MAPA em 29 de setembro de 2015. Essa proposta serve como instrumento de auxílio ao departamento técnico responsável do Ministério nas negociações destes produtos com os países interessados na genética bovina e bubalina do Brasil.

Para o presidente da Comissão Nacional de Bovinocultura de Corte da CNA, Antônio Pitanguí de Salvo, o documento vai ajudar no aumento das exportações brasileiras. “O setor produtivo comemora a homologação destes acordos, pois havendo o interesse do país importador, é primordial que se tenha um certificado exequível atendendo as exigências sanitárias para a devida exportação”.

Pela segurança alimentar na América Latina. Jalila Arabi e Tássia Navarro. Site do MDA, sexta-feira, 18 Dezembro, 2015

Até 2030, não deverá haver mais fome e pobreza nos países da América Latina e Caribe. A meta faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e foi discutida por ministros da área de desenvolvimento social desses países em novembro, na Conferência Regional de Desenvolvimento Social da América Latina e do Caribe, em Lima (Peru). Os resultados desse encontro foram debatidos nessa sexta-feira (18) entre o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, e a diretora de Desenvolvimento Social da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), Laís Abramo.

O ministro considera que os objetivos estratégicos e políticas públicas do MDA estão de acordo com o Plano de Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome, da Conferência Regional sobre o Desenvolvimento Social da América Latina e do Caribe (Celac). Para ele, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) é um exemplo a ser seguido. “Os nossos dois maiores desafios são avançar na reforma agrária, assentar todos os acampados. E desenvolver a agricultura familiar para transformar o meio rural em espaços de qualidade de vida”, salientou.

“O desenvolvimento da agricultura familiar e da reforma agrária são um aspecto importante das políticas de combate à pobreza e à desigualdade social. A Cepal também tem uma preocupação muito grande em relação aos temas ambientais que dialoga com as ações prioritárias do MDA, dentre elas a agroecologia”, destacou Laís Abramo.

Patrus Ananias ressaltou ainda que o Brasil é um país com grande número de cidades rurais, o que faz das ações de desenvolvimento da agricultura familiar, da reforma agrária e sociais fundamentais.

Para considerar o quadro de erradicação da pobreza nesses países, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas para a Agenda 2030 consideram três eixos fundamentais: transferência de renda para o alívio imediato das carências; acesso a serviços públicos de qualidade, e inclusão laboral produtiva. “Para continuar superando a pobreza é preciso diminuir a desigualdade, para isso é preciso analisar a matriz da

desigualdade social na América Latina. E para isso, também é importante conhecer e analisar, no âmbito da Cepal, as experiências governamentais nessas áreas", afirmou Abramo.

Conferência Regional

Mais de trinta ministros e ministras da área de desenvolvimento social da América Latina e do Caribe reuniram-se em Lima (Peru), em novembro, na Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social da América Latina e Caribe para discutir a redução da pobreza e da desigualdade. Esse é um momento em que os países começam a colocar em prática os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotados por líderes mundiais em setembro de 2015.

A Conferência foi estabelecida em 2014, durante o último período de sessões da Cepal, realizado na capital peruana. Ela é resultado, também, da aliança estratégica com o PNUD, dando assim continuidade a sete anos consecutivos do Fórum Ministerial para o Desenvolvimento na região.

Orçamento dos EUA é aprovado sem restrições à carne bovina do Brasil. Luiz Henrique Mendes- Valor Econômico, Agronegócios. 18/12/2015.

SÃO PAULO - Como já era esperado, o Congresso dos Estados Unidos aprovou hoje o Orçamento do país para o ano-fiscal de 2016 sem a inclusão de emendas que tinham potencial para atrasar a abertura do mercado dos Estados Unidos para a carne bovina in natura do Brasil. A expectativa agora é que os primeiros embarques ocorram no primeiro semestre de 2016.

A abertura do mercado dos EUA para a carne bovina in natura do Brasil foi anunciada no fim de junho durante a visita da presidente Dilma Rousseff aos EUA, mas a efetivação dela vinha esbarrando na pressão de deputados e senadores americanos ligados ao setor da pecuária, o que frustrou a expectativa de exportar para os EUA ainda em 2015.

Entre julho e agosto, as comissões de dotação orçamentária da Câmara e do Senado chegaram a incluir emendas aos projetos que tratam dos gastos do USDA no ano fiscal de 2016, requerendo medidas adicionais para verificar a possibilidade de a importação do produto brasileiro levar febre aftosa aos EUA. Se essas medidas fossem aprovadas pelo Congresso americano, a abertura do mercado dos EUA voltaria à estaca zero.

No entanto, o orçamento aprovado hoje pela Câmara e pelo Senado americano e que vai à sanção presidencial contém uma emenda bem mais branda, prevendo auditorias e avaliações por parte do Serviço de Inspeção Sanitária Animal e Vegetal (Aphis, na sigla inglês) em países que tiveram o status sanitário aprovado por esse mesmo órgão.

Lobby contra carne bovina do Brasil nos EUA arrefece. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 18/12/2015.

O lobby do setor pecuarista dos Estados Unidos contra a abertura de seu mercado à carne bovina in natura do Brasil está perdendo força no Congresso daquele país, segundo uma fonte que acompanha o assunto. O orçamento americano, previsto para ser votado hoje, deve ser aprovado sem a inclusão das emendas que tinham potencial para atrasar a efetiva abertura do mercado de carne bovina dos EUA por alguns anos.

Com isso, o horizonte para os frigoríficos brasileiros fica mais claro e reforça a expectativa de que seus primeiros embarques de carne bovina in natura para os EUA possam ocorrer já no primeiro semestre de 2016. Na semana passada, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) previu que os embarques poderão começar no segundo semestre e render pouco mais de US\$ 100 milhões em 2016.

Embora tenha sido anunciada pelo Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) durante a visita da presidente Dilma ao país, em junho, a efetiva abertura do mercado vem se arrastando desde então pela pressão de parlamentares ligados ao setor pecuário, mesmo com a declarada posição do Executivo americano, que defende a abertura ao Brasil.

Para se contrapor ao lobby pecuarista, integrantes da embaixada brasileira em Washington fizeram 14 reuniões com membros do USDA e de comissões do Congresso, além de terem enviado mais de 70 cartas a alguns parlamentares americanos.

Entre julho e agosto, as comissões de dotação orçamentária da Câmara e do Senado chegaram a incluir emendas aos projetos que tratam dos gastos do USDA no ano fiscal de 2016, requerendo medidas adicionais para verificar a possibilidade de a importação do produto brasileiro levar febre aftosa aos EUA. Se essas medidas fossem aprovadas, a abertura do mercado americano voltaria à estaca zero.

Por fim, no texto final do orçamento que tende a ser aprovado hoje consta uma emenda bem mais branda, prevendo auditorias e avaliações por parte do Serviço de Inspeção Sanitária Animal e Vegetal (Aphis, na sigla inglês) em países que tiveram o status sanitário aprovado por esse mesmo órgão.

A redução de emissões e o setor elétrico. Claudio Sales – Jornal O Estado de São Paulo. 19/12/2015

Entre os dias 30 de novembro e 11 de dezembro estiveram reunidos, em Paris, para a 21.^a Conferência das Partes (COP-21), chefes de Estado de 195 países com o intuito de negociar um novo acordo climático global. As perspectivas são positivas e o fato de os países terem trazido para a conferência metas nacionais (as chamadas “INDCs”, ou *Intended Nationally Determined Contributions*) abre espaço para um diálogo mais objetivo.

Em relação à INDC brasileira, e diferentemente do que aconteceu em oportunidades anteriores, o País apresentou uma meta absoluta de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEEs) para 2030 num nível 43% inferior ao de 2005. O Brasil decidiu atuar em três setores para atingir tal meta: energia, florestas e agricultura.

Para o setor energético, a meta é alcançar uma participação de 45% de energias renováveis na composição da matriz, e o fornecimento de energia elétrica deve aumentar o uso de fontes de energia não fóssil (excluindo a hidreletricidade) para, ao menos, 23% da matriz elétrica nacional. Outra medida para reduzir as emissões de gases de efeito estufa prevê alcançar 10% em ganhos de eficiência no setor elétrico.

O desafio para o setor elétrico atingir tais metas será enorme, uma vez que em 2014 a geração de eletricidade representou apenas 4,5% das emissões brasileiras de GEEs, diferentemente da média mundial, que é de 31,3%.

A dificuldade reside em atender ao aumento da demanda por eletricidade no País elevando o patamar de participação das fontes renováveis, mesmo porque o texto da INDC brasileira diz que não será contabilizada como “renovável” a energia hidráulica (difícil de entender a razão dessa decisão, uma vez que ela é 100% renovável) e faz referência a fontes não fósseis de energia, o que, discretamente, abre espaço para a inclusão de energia nuclear.

O Brasil não deveria abrir mão de explorar o potencial hidrelétrico remanescente, apesar de o mesmo estar localizado primordialmente na região amazônica, onde a questão ambiental e indígena é bastante sensível. A entrada em operação tanto de usinas hidrelétricas planejadas na região amazônica quanto de térmicas nucleares pode enfrentar oposição popular, porque não há um esforço de comunicação bem estruturado e franco do governo para eliminar os mitos que cercam essas duas fontes.

Além disso, os eventos climáticos extremos dos últimos anos nos mostram que é necessária uma mudança no planejamento e na operação do setor elétrico brasileiro. A alteração que já se observa no regime de chuvas mostra que não se pode manter apenas a fonte hidráulica (fonte mais barata e limpa e que ajuda a construir a competitividade do Brasil) na base do sistema, sendo importante prever a inserção de termoelétricas movidas a, por exemplo, gás natural, fonte que dispõe de tecnologias eficientes e pouco poluidoras.

Outro caminho promissor – e que parece ser inevitável, em razão do barateamento de tecnologias de geração baseadas em painéis solares e o avanço de aplicações de *smart grid* (redes inteligentes) – é o crescimento da geração distribuída nos setores comercial, residencial e de serviços, nos quais, por exemplo, a instalação de painéis fotovoltaicos faz com que os consumidores produzam parte da eletricidade que consumirão.

De forma geral, o desafio reside em utilizar tecnologias com baixa emissão de carbono que possam competir com as tecnologias fósseis mais baratas, e o sucesso no atendimento das metas da INDC dependerá de sinais econômicos adequados nos leilões de energia, de segurança jurídica e estabilidade regulatória para os projetos, e de uma reavaliação realista da arquitetura que define os modelos de planejamento, operação e comercialização do sistema elétrico brasileiro.

OMC elimina subsídios agrícolas e beneficia países em desenvolvimento. Folha de São Paulo, 19/12/2015

A OMC (Organização Mundial do Comércio) concluiu neste sábado (19), em Nairóbi, um grande acordo para que os países desenvolvidos eliminem os subsídios à exportação de seus produtos agrícolas.

A medida era uma reivindicação antiga dos países em desenvolvimento, que também deverão acabar com suas ajudas ao setor no longo prazo.

"O acordo de agricultura é histórico porque acaba com uma das maiores distorções do mercado", destacou o diretor da OMC, o brasileiro Roberto Azevêdo, em relação à declaração aprovada ao término da reunião ministerial da organização em Nairóbi.

Esta e outras decisões contidas na declaração ministerial devem impulsionar a Rodada de Doha, embora economias em desenvolvimento como Índia, Cuba e Venezuela temam que o processo de liberalização comercial não seja reafirmado de forma contundente e tenha "consequências graves" para estes países.

A concessão de ajudas à exportação dos produtos agrários dos países desenvolvidos limitou até agora a entrada em seus mercados de bens das economias em desenvolvimento, razão pela qual a supressão destas ajudas foi uma de suas reivindicações históricas no seio da OMC.

Segundo o acordo, os países em desenvolvimento deverão eliminar os subsídios em 2018 e terão exceções até 2023.

"As negociações da OMC tinham o mau hábito de acabar em fracasso, mas nas duas últimas reuniões ministeriais criamos um novo hábito: êxito. Conseguimos o melhor acordo possível", acrescentou Azevêdo, evocando também o grande pacto alcançado em 2013 em Bali.

Outro dos acordos mais esperados era sobre o Mecanismo de Salvaguarda Especial (MSE), que permitirá aos países em desenvolvimento aplicar tarifas às importações de certos produtos para fazer frente a incrementos repentinos das compras ou quedas dos preços.

Além disso, os países mais pobres também terão uma moratória até o ano 2030 para pôr em prática a maior parte dos acordos e serão tomadas várias medidas para acelerar sua incorporação ao mercado internacional.

A décima reunião ministerial da OMC foi concluída hoje em Nairóbi após superar graves divergências, especialmente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os entraves obrigaram a OMC a prolongar a cúpula, que deveria ter terminado ontem, por mais um dia.

BRASIL

O governo brasileiro disse, por meio de nota, que está satisfeito com o resultado da conferência, classificado como um "importante passo na liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas".

Segundo o governo brasileiro, o acordo reflete "antigas aspirações dos países em desenvolvimento e dos exportadores de produtos agrícolas."

"Os resultados alcançados em Nairóbi comprovam a capacidade da OMC em alcançar resultados relevantes num contexto multilateral e não discriminatório, quando há efetivo engajamento de seus Membros", afirmou, em comunicado.

Kátia Abreu: eliminação global de subsídios às exportações é conquista para o agronegócio brasileiro – MAPA. 20/12/2015.

Na avaliação da ministra, decisão tornará competição mundial menos distorcida.

O resultado da Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Nairobi (Quênia), é extremamente positivo para o agronegócio brasileiro. As negociações resultaram na eliminação imediata dos subsídios a exportações dos países desenvolvidos e extinção gradual para nações em desenvolvimento, até o fim desta década. "Ótima conquista para nosso agronegócio. Condições de competição internacional menos distorcidas para nossos produtos", afirmou a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu.

O acordo representa um avanço no processo de reformas das regras que regem o sistema multilateral de comércio e "foi uma vitória da OMC", segundo integrantes da equipe

brasileira. Isso porque prevaleceu o argumento dos que acreditam no sistema multilateral de comércio, e, sobretudo, para o agronegócio brasileiro.

A Conferência da OMC garante competição internacional dos produtos brasileiros em condições mais justas e equitativas.

O Itamaraty e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) estiveram à frente das negociações, conduzidas pelo embaixador do Brasil na OMC, Marcos Galvão. O Mapa e o Itamaraty continuarão trabalhando para fortalecer os pilares de negociação da OMC, sobretudo para a futura eliminação e reforma dos subsídios domésticos.

Exportação agrícola dos ricos vai perder subsídios. Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 21/12/2015.

A proibição imediata de subsídios à exportação de produtos agrícolas pelos países desenvolvidos, 58 anos depois do que ocorreu com produtos industriais, foi o principal ganho do acordo agrícola que salvou a Organização Mundial do Comércio (OMC) de nova crise, em meio a persistentes divergências entre os países.

O que foi acertado no sábado à noite está longe de ter o impacto econômico de corte de subsídios à produção e redução tarifária, que sequer entraram nas negociações em Nairóbi. Mas não é negligenciável, ao eliminar a possibilidade de os países poderem conceder US\$ 12,5 bilhões dessa ajuda a seus exportadores, que é valor que poderiam usar se quisessem, pelo acordo que vigora na OMC.

Também num cenário de queda de preços de commodities, o acordo chega no momento certo, para evitar que países ricos usem seus recursos para turbinar seus exportadores, acham certos negociadores. O acordo foi negociado quase sem interrupção entre a sexta-feira e o sábado pelo chamado G-5 - EUA, União Europeia (UE), Brasil, China e Índia. Foi uma situação meio humilhante para dezenas de ministros, que aguardavam irritados nos corredores. Mas o impasse era total, e foi a maneira encontrada para evitar novo fiasco.

O Brasil foi crucial para superar outros impasses que surgiram no sábado, conforme diferentes participantes. Na verdade, o acordo só foi possível pela teimosia do Brasil em arrancar algo na parte agrícola na conferência de Nairóbi, quando o pessimismo era geral. Como um dos maiores exportadores agrícolas do mundo, é o único grande emergente que consegue fazer pressão sem se dobrar depois, na agricultura. E a manobra diplomática em Genebra, pela qual se livrou das amarras do G-20 e de protecionistas como Índia e China, permitiu a aliança com a UE, que surpreendeu muita gente.

O resultado é que o que o Brasil não conseguiu em Bali (Indonésia) há dois anos com o G-20, obteve agora em parceria com a UE, Argentina, Uruguai e Paraguai.

"A proposta do Brasil e da UE sobre competição nas exportações sem dúvida ajudou a impulsionar um acordo aqui", declarou a comissária europeia do Comércio, Cecilia Malmström.

A delegação brasileira, tendo como principais negociadores o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, o subsecretário de Assuntos Econômicos do Itamaraty, Carlos Márcio Cozendey, e o embaixador em Genebra, Marcos Galvão, em certo momento na madrugada de sexta-feira para sábado ameaçou se retirar da negociação.

Foi quando surgiu uma tentativa de limitar o pacote a medidas aguadas de disciplinas para garantia de crédito à exportação. Para o Brasil, era um contrassenso deixar de novo de fora a eliminação dos subsídios à exportação.

O ambiente foi muito tenso e muito polarizado nas negociações, entre Índia e EUA e um pouco entre China e EUA. Também houve fricções tópicas entre Brasil e Índia. A ministra indiana do Comércio causou problemas com todo mundo. Em certo momento, chegou a haver até guerra pelo Twitter, com a Índia sendo acusada de bloquear as negociações. A ministra teve que responder e twittar negando. Mais tarde, os indianos reagiram acusando os EUA pelo impasse.

"Conseguimos disciplinas sobre subsídios à exportação, que são a forma mais distorcida de subsídios que existe. Isso coloca os produtos agrícolas em pé de igualdade com os industriais", disse Cozendey. Ou seja, países desenvolvidos, que são mais ricos e têm mais oportunidades de dar subsídios, ganhavam a competição de produtos agrícolas pelo dinheiro e não sempre pela produtividade.

Para o especialista Pedro de Camargo Neto, o resultado é um avanço, porém mínimo: "Os subsídios à exportação de algodão, soja, milho, que prejudicam o Brasil, continuarão. Mesmo que sejam chamados de subsídios domésticos, turbinam a exportação".

Para o embaixador Marcos Galvão, o Brasil é um dos beneficiados também com outras regras que atacam subsídios disfarçados. "Pela primeira serão introduzidas no sistema multilateral regras de disciplinamento de garantias de crédito e seguro das exportações agrícolas", exemplifica.

A Índia, que provocou grande impasse durante toda a negociação, acabou conseguindo apenas a promessa de que será negociada uma salvaguarda pela qual poderia elevar tarifas em caso de súbito aumento de importações agrícolas. E até 2017 será buscada uma solução para seus estoques de alimentos públicos por razões de segurança alimentar.

O surpreendente em Nairóbi foi a ausência tanto do Ministério da Agricultura como do agronegócio brasileiro. Para se ter uma ideia, até a associação de produtores de ovos do Canadá estava presente, acompanhando uma negociação que pode ter impacto em seus negócios

Mais usinas de cana podem ser vendidas no Brasil, diz corretora – Valor Econômico, Agronegócios. 21/12/2015.

SÃO PAULO - A aquisição de duas usinas do Grupo Ruetta pela gestora americana Black River pode ser o início de um processo de consolidação no endividado setor sucroalcooleiro brasileiro, avaliou a corretora MarexSpectron.

Na semana passada, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou sem restrições a operação da gestora, que foi desmembrada da companhia de agronegócios Cargill. A Black River passará a controlar duas usinas que, juntas, têm capacidade de processamento de 3,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

“Essa pode ser a primeira de uma série de aquisições das usinas mais fracas pelas mais fortes”, indicou a Marex, em nota.

(Dow Jones Newswires)

CNA discute potencial brasileiro para atrair novos mercados internacionais para o setor agropecuário – CNA. 21/12/2015.

Brasília (21/12/2015) - O jornal “Valor Econômico” realizou, na sexta-feira, (11/12), mesa-redonda com a participação de especialistas do setor agropecuário, quando discutiu o tema “Potencial do Exportador Brasileiro”. O evento foi realizado em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) foi representada pelo Vice-presidente de Finanças, Eduardo Riedel, que abordou temas relevantes da agenda do agronegócio brasileiro e mundial.

Riedel destacou que a CNA está desenvolvendo ações e apoiando o governo na busca de novos mercados para o agronegócio. Para isso a entidade investiu e fortaleceu a área internacional, com destaque para a abertura de escritórios em países da União Europeia (EU) e, também, na China. A CNA, explicou ele, tem subsidiado o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) nas ações que buscam conquistar mais espaço para os produtos do agronegócio.

No entender do diretor da CNA, ainda existem desafios tecnológicos e de política agrícola a serem superados, de forma a dar ao produtor brasileiro as condições para aumentar a participação do país no mercado agrícola internacional. Ressaltou, contudo, que o Brasil dispõe de todas as condições necessárias para ser, da porteira para dentro, a agropecuária mais competitiva do mundo.

Moderado por Carlos Raíces, do “Valor Econômico”, a mesa redonda abordou temas relevantes da pauta do agronegócio como, por exemplo, a importância dos acordos comerciais para o comércio agrícola internacional. A Secretária de Relações Internacionais do MAPA, Tatiana Palermo, destacou que falta ao Brasil acelerar as negociações com grandes mercados, condição necessária para obter acordos estratégicos junto a países como a Rússia, China, Japão e Estados Unidos, além da consolidação do Acordo de Associação Bi-regional com a União Europeia.

O Brasil, segundo ela, está fazendo o dever de casa ao estabelecer prioridade para a abertura de mercados ainda fechados aos produtos agrícolas brasileiros em função de barreiras sanitárias e fitossanitárias. “O que falta agora é negociar tarifas, que ainda são muito elevadas em alguns países importadores de produtos agropecuários”, disse a representante do MAPA. Um exemplo citado por ela foi a tarifa de 65% para o milho, na China, e de 100% para o frango, na Índia”, assinalou.

O Presidente da ApexBrasil, David Barioni, outro participante da mesa-redonda, afirmou que a agência está 100% alinhada com a pauta do agronegócio e que não faltarão incentivos da entidade para a promoção dos produtos e da imagem do setor no Brasil e no mundo. Já Fernando Lopes, presidente do Grupo Minerva, trouxe à discussão o tema da tecnologia. Segundo ele, o produtor brasileiro utiliza o que existe de mais moderno, com acesso a “mentes brilhantes da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico no agronegócio global”.

O momento estratégico de alinhamento entre o setor agropecuário e o industrial para a abertura do comércio exterior brasileiro foi também mencionado por Eduardo Riedel. No seu entender a convergência de interesses entre os setores é fundamental para a conquista de novos mercados. “O Brasil é importante para o mercado internacional. É

uma potência agrícola e, por isso, temos que nos valorizar e nos posicionar sempre como protagonistas. O mundo precisa dos alimentos aqui produzidos”, concluiu.

Exportações de milho podem incentivar plantio na safra de inverno. Luiz Henrique Mendes- **Valor Econômico, Agronegócios. 21/12/2015.**

SÃO PAULO - O ritmo intenso das exportações brasileiras de milho pode estimular o plantio do cereal na safra de inverno, avalia o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), vinculado à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP).

Em boletim semanal divulgado hoje, o centro de estudos ressalta que os preços do milho no mercado doméstico vêm sendo impulsionados pelas exportações, mais competitivas por conta do dólar mais valorizado perante o real.

Nas primeiras duas semanas de dezembro, as exportações brasileiras de milho mantiveram o forte ritmo. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) compilados pelo Cepea, foram exportadas 3,11 milhões nas duas primeiras semanas do mês, 90% do que havia sido exportado em todo o mês de dezembro de 2014.

Na avaliação do Cepea, se o ritmo de embarques se mantiver, as exportações brasileiras de milho baterão novo recorde mensal mesmo com os festividades do fim do ano.

Mercosul fará proposta para novos produtos – Valor Econômico. 21/12/2015.

Negociação com o México, fora do Mercosul, será um grande teste para as relações bilaterais.

David Barioni: Estamos olhando hoje dois caminhos. Essa agenda é da Secex. O caminho bilateral nós já focamos com Colômbia, México, Chile, Peru e com o próprio Uruguai. Também não podemos fechar os olhos para o TPP, que significa 40% do volume mundial de comércio. Se juntarmos o Mercosul, os BRICs e a Europa, esses três mercados são outros 40%. Temos que olhar essas duas frentes quase simultaneamente. Com a mudança de comando da Argentina houve um alinhamento muito mais forte no Mercosul, inclusive para olhar para a Europa. O Mercosul fará até o final do ano uma proposta nova, de abertura de novos produtos, para o Mercado Comum Europeu.

Tatiana Palermo: O Itamaraty e o governo entenderam que não haverá mais discussão sobre tarifas no âmbito multilateral. Foi até bom que isso acontecesse. Fomos forçados a discutir acordos comerciais bilaterais ou birregionais. O acordo com a União Europeia é a última possibilidade em jogo e nós precisamos avançar nisso. Esperamos que o novo presidente da Argentina seja mais pró-comércio. Mas eu não sei se é isso mesmo que está nos travando. Talvez a gente não esteja entendendo o contexto da forma que temos que entender e um grande teste para isso será a negociação com o México. Estamos negociando bilateralmente, sem o Mercosul, e testando uma nova metodologia, que o México está praticando com vários países. A gente vai trocar as ofertas agora e vamos ter em fevereiro a próxima rodada de negociações. Estamos negociando um capítulo fitossanitário superambicioso e esperamos fechar esse acordo no ano que vem. A gente sempre tentou achar um equilíbrio, indústria contra a agricultura para equilibrar. Ceder em agricultura para receber na indústria.

Eduardo Riedel: O trigo versus a geladeira.

Tatiana Palermo: Exatamente. Agora, com o México, não é assim. Essa metodologia permite [negociar] agricultura com agricultura, indústria com indústria. Se você quer vender a geladeira, tem que estar disposto a receber a geladeira do outro país, com tarifa zero.

Acordo comercial expande negócios. Juan Garrido – **Valor Econômico.** 21/12/2015.

O agronegócio é o setor da economia mais protegido na maioria dos países do planeta. Em geral é a área que tem as mais altas tarifas em relação ao comércio externo, além de cotas e outras restrições. Num ambiente de negócios de tal forma represado, os acordos comerciais se apresentam como o principal meio para superar ou reduzir as barreiras. "Quando países se reúnem e celebram um acordo comercial, novas oportunidades surgem", diz Tatiana Palermo, secretária de relações internacionais do agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Ela diz que os países integrantes de um determinado acordo comercial terão diversas vantagens no comércio realizado entre si em relação àquelas nações que não integram o acordo. Atualmente existem centenas de acordos comerciais notificados na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e o Brasil experimenta os efeitos comerciais de sua participação ou não em cada acordo.

Vale mencionar que a enorme competitividade internacional da produção agropecuária brasileira se deve principalmente aos esforços do produtor em investir no aumento da produtividade dentro da porteira. Mesmo com grandes desafios, o setor consegue competir em muitos mercados estrangeiros. "No entanto, como as principais economias do mundo estão engajadas em negociações de mega-acordos, o Brasil perderá competitividade nesses mercados mais adiantados, já que não se beneficiará das preferências tarifárias", cita a superintendente de relações internacionais da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), Alinne Betania Oliveira.

Um exemplo do que Alinne menciona é a Parceria Transpacífica (TPP), acordo recém-assinado, que engloba 40% da economia mundial. Em uma análise prévia feita pela CNA, haverá uma perda importante para o país em função do desvio de comércio entre os membros do acordo TPP, principalmente para produtos como café, milho, carnes, álcool e açúcar e suco de laranja. O TPP dá vantagens, por exemplo, ao café do Vietnã, carnes da Austrália e lácteos da Nova Zelândia nos mercados dos Estados Unidos e Japão.

Um tanto isolado, com acordos comerciais pouco significativos para o agronegócio, o Brasil tende a perder ainda mais espaço, caso não avance na conclusão de acordos comerciais com mercados importantes, como os da União Europeia, dos Estados Unidos e da China. "Acordos comerciais são imprescindíveis, portanto, para a expansão do agronegócio brasileiro", ressalta Alinne, da CNA.

Razão de sobra para que o governo continue tentando abrir mercados no exterior e estabelecer acordos que ajudem a impulsionar o agronegócio. Segundo a especialista da CNA, o pilar de acesso aos compradores externos prevê justamente uma política comercial focada na ampliação de oportunidades, remoção de barreiras e maior integração à rede de acordos comerciais. "Essas ações, em conjunto, permitiriam um maior ingresso dos produtos do agronegócio brasileiro em outros países, por eliminarem barreiras tarifárias e, principalmente, as sanitárias e fitossanitárias."

Alinne explica que entre os pontos defendidos pelo governo no Plano Nacional de Exportações (PNE) - lançado no final de junho último -, a CNA apoia fortemente a atuação nas frentes bilateral, regional e multilateral, negociações sobre temas tarifários e não tarifários e construção de uma ampla rede de acordos com países de todas as regiões. O PNE pretende aumentar o número de exportadores e diversificar a pauta e o destino dos embarques brasileiros.

Para ela, uma questão de primordial importância para aumentar as exportações brasileiras é a definição da estratégia negociadora do Brasil. Atualmente o Brasil negocia somente em bloco, ou seja, junto com os demais membros do Mercosul. "Porém, devido às diferentes estratégias de política comercial dos países-membros do Mercosul, não foi possível avançar nossa agenda".

De seu lado, Tatiana, do Mapa, informa que em relação a barreiras sanitárias e fitossanitárias, estão em curso atualmente negociações bilaterais entre o governo brasileiro e outros países ou blocos (caso da União Europeia). "Já com respeito a reduções ou eliminações tarifárias, o Brasil negocia, sempre por meio do Mercosul, novos acordos comerciais com outros países ou blocos", diz, acrescentando que o país também está discutindo o aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica nº 53 com o México (ACE-53).

Brasil precisa se inserir em todos os tipos de acordos – Valor Econômico. 21/12/2015.

O Brasil avançou na formalização de novos acordos comerciais, mas ainda não assinou nenhum com grandes mercados, como os chamados big five - União Europeia, Rússia, China, Japão e Estados Unidos. O desafio é baixar as altas tarifas.

David Barioni: Os acordos comerciais, a cargo da Secex, abriram portas importantíssimas. O Brasil, por uma série de situações, retraiu-se muito em relação a acordos nos últimos anos, talvez até por uma leitura não muito ampla do Mercosul. Mas acabamos de fechar um acordo de livre comércio com o Uruguai, o primeiro da história do Brasil. Os acordos que fizemos com Colômbia, Peru e Chile abrem portas espetaculares. O ponto mais importante que o Brasil alinhou agora - e isso se deve muito ao ministro [da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior] Armando Monteiro e à ministra [da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)] Kátia Abreu - é em relação aos acordos não-tarifários, à convergência regulatória. O Brasil está olhando essa questão da unificação técnica. Já temos instalado aqui um órgão de certificação americano que, segundo estudos, pode cortar 30% do custo das certificações técnicas e 75% da burocracia.

Fernando Galetti: É fundamental estarmos cada vez mais inseridos nos acordos entre blocos e regiões. É fundamental que o setor privado e o setor público tenham uma agenda única e que, dentro do setor público, o MDIC, o Mapa e o Itamaraty estejam também alinhados, porque passamos a ter mais força.

Tatiana Palermo: Somos extremamente competitivos e temos interesse em absolutamente todos os acordos. O Brasil ainda não assinou acordos com os grandes mercados. Buscamos aproximação com os chamados big five, União Europeia, Rússia, China, Japão e Estados Unidos, que importam 50% de todos os produtos agropecuários do mundo, um total de mais de US\$ 500 bilhões anuais. Tudo que a gente possa fazer na área sanitária e fitossanitária nós estamos fazendo e tivemos excelentes resultados.

Agora, precisamos baixar as tarifas nesses países. Na China, por exemplo, são de 65% para o milho. Na Índia, de 100% a 150% para diversos cortes de frango. Nos Estados Unidos também as tarifas extra-cota são extremamente altas, de 26,4% para carne bovina. Na China, para suco de laranja, são de 30%. Não temos nenhum acordo, mas precisamos de acordos. Estamos tendo uma atuação conjunta com o MDIC e o Itamaraty para formular essa estratégia. O governo está chegando à conclusão de que vamos influenciar mais os acordos que são do nosso maior interesse. O mais avançado é com a União Europeia. Estamos negociando agora com o México a ampliação do acordo de preferências tarifárias. Queremos iniciar negociações com o Japão, a Rússia e com a União Econômica Euroasiática. Com Índia e China estamos querendo negociar um acordo de preferências tarifárias

Setor tem papel de destaque nas negociações comerciais. Gleise de Castro – Valor Econômico, Agronegócios. 21/12/2015.

Em contraste com o ambiente predominante de retração econômica e incerteza, o agronegócio brasileiro acumula resultados e previsões otimistas, abre mercados e mira um horizonte de crescente demanda mundial por produtos brasileiros. Responsável por quase metade das exportações brasileiras, o setor conquistou papel importante nas negociações comerciais brasileiras. Com uma agenda unificada, que reúne conquistas dos produtores e a experiência diplomática, a atuação conjunta dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Itamaraty tornou as negociações mais ágeis e eficazes.

Com isso, foi possível definir uma postura mais agressiva, o que tem resultado em sucessivas aberturas de grandes mercados, como Rússia e China, para produtos como carnes e lácteos brasileiros. O objetivo, segundo Tatiana Palermo, secretária de relações internacionais do agronegócio do Mapa, é atingir os cinco maiores mercados mundiais - União Europeia, Rússia, China, Japão e Estados Unidos, responsáveis pela compra de metade de todos os produtos agropecuários produzidos no mundo, um total acima de US\$ 500 bilhões.

"O governo está chegando à conclusão de que vamos influenciar mais os acordos que são do nosso maior interesse. O mais avançado é com a União Europeia. Estamos negociando agora com o México a ampliação do acordo de preferências tarifárias", disse a secretária, durante mesa-redonda promovida pelo Valor, em parceria com a Apex-Brasil, em 11 de dezembro, em São Paulo, para discutir questões relacionadas à participação do setor na pauta exportadora brasileira.

Para Fernando Galletti, presidente da Minerva Foods, que também participou dos debates, o cenário da demanda mundial tem sido favorável para a América do Sul, especialmente para o Brasil. "Nós estamos nos consolidando como os produtores mais eficientes de todas as soft commodities. É claro que tem variações e algumas questões, mas somos de primeiro a terceiro maior produtor e exportador mundial em praticamente todas as commodities, desde as exóticas, como o café e o cacau, até as outras commodities do complexo grão", afirmou.

Entre os grãos, o milho também passou a ter peso importante, lembrou Galletti. No setor carnes, argumentou, o Brasil é competitivo em termos de preço com praticamente qualquer região produtora do mundo. "Competitividade em termos de custo nós temos. Conseguimos fazer as soft commodities mais acessíveis para qualquer país", disse o executivo. Por isso, apesar de barreiras tarifárias, o Brasil consegue exportar.

Os debates - que contaram também com a participação de David Barioni Neto, presidente da Apex-Brasil, e Eduardo Riedel, vice-presidente de finanças da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) - incluíram ainda questões como acordos bilaterais, estratégias para conquista de novos mercados, diversificação da pauta exportadora e expectativas para os produtos agropecuários brasileiros na economia global. Veja os principais momentos do debate nas páginas F2 e F3.

Exportações em alta refletem agilidade – Valor Econômico. 21/12/2015.

As exportações do setor agropecuário estão em alta este ano. Alguns produtos registram volume recorde. Somente o complexo soja deve ter um crescimento de 18% no volume. O resultado dessa equação só tem sido possível graças à agilidade e à relação de confiança entre os setores envolvidos, ou seja, o governo e as empresas privadas. No caso da carne e de outros produtos de origem animal, a habilitação de estabelecimentos frigoríficos de carnes e de todos os outros produtos de origem animal por uma lista pré-autorizada, foi considerada uma grande vitória para os exportadores brasileiros.

Tatiana Palermo: Com exceção de poucos produtos, cresceu muito o volume das nossas exportações. Neste ano, o complexo soja, por exemplo, deve crescer 18% em volume, carne de frango deve crescer 5%. Estamos tendo volumes recordes nas exportações pela agilidade de todos. Do governo e do setor privado, que está exportando mais, mas que tem que se adequar, tem que garantir aquele produto que o mercado quer. No caso da carne, nós negociamos com a Secretaria de Defesa Agropecuária os certificados e sabemos quanto custa cada certificado, quanto custa a confiança da Rússia e da União Europeia, que estão habilitando por prelisting. A Rússia é nosso maior mercado. Neste ano, foi uma grande vitória a habilitação de estabelecimentos frigoríficos de carnes e de todos os outros produtos de origem animal por uma lista pré-autorizada. Nós atestamos e eles habilitam sem inspeção prévia.

Fernando Galetti: Isso é um grande sinal de confiança do importador no Ministério da Agricultura brasileiro.

Tatiana Palermo: Eles não compram commodity, compram porque o Mapa atesta que aquela carne atende aos requisitos. A China autorizou metade das plantas por amostragem. Visitou 13 das 24 plantas e autorizou as 24. Estamos negociando com outros países nossos capítulos sanitários e fitossanitários, negociando o prelisting, para ter outro tipo de relacionamento, um relacionamento de confiança. Estamos negociando um protocolo sanitário com a União Europeia que nunca ninguém tinha imaginado, porque a União Europeia não aceitava nem a proposta.

Meta é aproximar o país dos grandes. Gleise de Castro – Valor Econômico. 21/12/2015.

Responsável por quase metade das exportações brasileiras, com uma receita que chegou a US\$ 74,7 bilhões entre janeiro e outubro, o agronegócio alcançou papel relevante nas negociações comerciais brasileiras, conquistando grandes mercados, como Rússia e China, com produtos como carnes e lácteos. A meta do Mapa é aproximar o Brasil dos cinco maiores mercados mundiais - União Europeia, Rússia, China, Japão e Estados Unidos -, responsáveis por importar metade de todos os produtos agropecuários do mundo, um total acima de US\$ 500 bilhões.

"Somos extremamente competitivos e temos interesse em absolutamente todos os acordos", define Tatiana Palermo, secretária de relações internacionais do agronegócio do Mapa, que discutiu a participação do Brasil no mercado internacional de commodities agrícolas durante mesa-redonda promovida pelo **Valor**, em parceria com a Apex, realizada em 11 de dezembro, para debater a participação do setor na pauta exportadora brasileira, sob o tema "O Potencial Exportador Brasileiro no Agronegócio".

Participaram dos debates David Barioni Neto, presidente da Apex-Brasil, Fernando Galletti, presidente da Minerva Foods, Eduardo Riedel, vice-presidente de finanças da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), além de Tatiana Palermo, pelo Mapa. Com coordenação de Carlos Raices, diretor de eventos e seminários do Valor, participação de Fernando Lopes, editor de Agronegócios, e de Catherine Vieira, editora de Brasil, foram discutidos temas relacionados à inserção do agronegócio nos mercados mundiais, estratégias para conquista de novos mercados e expectativas para os produtos brasileiros na economia global.

Soja pode levar Brasil à OMC contra EUA. Assis Moreira e Fernando Lopes - Valor Econômico. 22/12/2015.

Começa a ganhar corpo um movimento que poderá levar o Brasil a abrir uma disputa comercial de grandes proporções com os Estados Unidos no setor agrícola. Após anos de ameaças veladas, os produtores brasileiros de soja pediram formalmente que o Itamaraty avalie a possibilidade de o país denunciar os EUA na Organização Mundial do Comércio (OMC) em virtude dos subsídios concedidos por Washington aos sojicultores americanos, em uma disputa que tem potencial para ampliar os atritos entre os dois maiores fornecedores globais de alimentos nessa área.

O Valor apurou que o plano do Itamaraty é concluir rapidamente o estudo sobre a abertura de um eventual contencioso nessa frente e, dependendo de suas conclusões, apresentar o caso na primeira reunião da Câmara de Comércio Exterior (Camex) em 2016, marcada para fevereiro, para a partir daí acionar possivelmente a OMC. Representante dos produtores, a Aprosoja Brasil, em todo caso, está contratando o escritório americano Sidley Austin para assessorá-la nesse processo. Esse escritório, dirigido em Genebra pelo ex-negociador americano Scott Andersen, representou a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) na disputa na OMC que resultou no pagamento, pelos americanos, de US\$ 800 milhões em compensações ao Brasil por conta de subsídios que vinham sendo concedidos aos cotonicultores dos EUA.

Ao apresentar o pedido ao governo, a Aprosoja Brasil alegou que os produtores brasileiros perdem US\$ 1 bilhão por causa de dois programas de Washington - um de seguro climático e outro também de seguro, mas que é considerado como uma garantia de renda. A soja é o carro-chefe do agronegócio brasileiro tanto em valor bruto da produção (VBP) quanto em exportações. Conforme estimativas do Ministério da Agricultura, o VBP (indicador da receita dos produtores "da porteira para dentro") do grão deverá alcançar R\$ 103 bilhões em 2015. De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), os embarques da matéria-prima e seus derivados (farelo e óleo) renderão US\$ 27,4 bilhões no ano.

Para os sojicultores brasileiros, sem o socorro de Washington aos produtores americanos o Brasil estaria produzindo mais e com preços melhores. Os dois países têm disputado nos últimos anos a liderança na produção e nas exportações de soja em grão -

sempre de olho na China, que responde por mais de 60% das importações mundiais. Conforme dados do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), a produção americana chegará a 108,4 milhões de toneladas nesta safra 2015/16, enquanto a brasileira atingirá 100 milhões. As exportações dos EUA estão projetadas em 46,7 milhões de toneladas no ciclo, abaixo das 57 milhões previstas para o Brasil. As importações chinesas estão calculadas em 80,5 milhões de toneladas.

Veio da disputa do algodão entre os dois países na OMC um dos impulsos que faltavam para levar adiante um eventual contencioso envolvendo a soja. Aquela "briga" levantou, por exemplo, questionamentos sobre subsídios nas garantias de crédito às exportações agrícolas, e as regras foram interpretadas pela primeira vez. Tudo isso pode facilitar a abertura de um contencioso envolvendo a soja e, mais tarde, também poderá levar o Brasil a questionar o apoio dos EUA aos produtores de milho do país.

Quando a Aprosoja Brasil recentemente apresentou seu pedido ao Itamaraty, teve a resposta de que deveria aguardar os resultados da conferência ministerial da OMC em Nairóbi (Quênia). Mas, mesmo que o acordo fechado em Nairóbi tenha estabelecido o fim dos subsídios na exportação agrícola, o grosso das subvenções previstas na "Farm Bill" (lei agrícola) americana é destinado, em um primeiro momento, à produção. É por tabela que esse apoio, posteriormente, turbinará as exportações.

"Ainda estamos em fase de estudos, e quem tem que decidir se o país vai ou não à OMC por causa disso é o governo. Mas, da mesma forma que o produtor de algodão, nós da soja também temos esse direito. Os subsídios americanos ainda são elevados e queremos igualdade", afirmou Glauber Silveira, ex-presidente da Aprosoja Brasil e atualmente conselheiro da entidade. A missão, contudo, talvez tenha ficado um pouco mais difícil depois da forte valorização do dólar em relação ao real. Em seu mais recente relatório sobre a soja brasileira, o USDA, que tem status de ministério, destacou que, em decorrência do câmbio, os exportadores do Brasil passaram a ter uma enorme vantagem sobre os americanos na disputa por clientes no exterior, principalmente na China.

Com a receita em real "protegida", avaliou o USDA, os exportadores brasileiros podem ser mais flexíveis nos preços. E o órgão estima que esse preço atrativo encoraja expansão da produção no Brasil. A grande preocupação do órgão é que os embarques brasileiros aumentem às custas dos produtores americanos.

OMC define acordos com regras mais justas para o comércio agrícola internacional, em Nairóbi – CNA. 22/12/2015.

Brasília (22/12/2015) - As conquistas obtidas na última reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Nairóbi, foram importantes para o comércio agrícola mundial e serão capazes de promover regras mais justas e transparentes para as trocas internacionais. Dentre os principais resultados da Conferência, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), está a proibição imediata da concessão de subsídios às exportações pelos países desenvolvidos e, até 2018, pelas nações em desenvolvimento. Uma verdadeira batalha que, segundo a CNA, vinha sendo travada há muitos anos e ganhou maior relevância desde o compromisso assumido na Conferência de Hong Kong, em 2005, que exaltava a eliminação desses subsídios.

Finalmente, pontos estratégicos e conflitantes foram acertados, de forma consensual, pelos países membros da OMC. A Confederação reconhece, ainda, o esforço do governo brasileiro durante os debates, fator fundamental nos resultados finais obtidos na Conferência de Nairóbi.

Exportações e crédito rural – Outros temas também mereceram a atenção da CNA em relação aos resultados da reunião Ministerial. Foi o caso, por exemplo, das questões relacionadas ao financiamento das exportações de bens agrícolas com o uso de recursos oficiais e da regulamentação sobre a sustentabilidade do seguro de crédito.

Esses temas afetam a competitividade do produtor brasileiro, quando usados à revelia, e a normatização dos mesmos terá grande relevância porque permitirá uma concorrência menos desleal nas trocas agrícolas, assinala ainda a Confederação.

Questões não resolvidas - Algumas questões estratégicas, no entanto, na opinião da CNA, não foram resolvidas em Nairóbi. Dois temas fundamentais para a agricultura continuaram sem acordo: acesso a mercados e apoio doméstico. Muito embora a Declaração Ministerial de Nairóbi convoque os membros a continuar os debates sobre os temas remanescentes da Rodada Doha - dentre eles os dois pilares agrícolas que ficaram à margem dos resultados - é preciso tratá-los como prioridade para que sejam alcançados os objetivos de desenvolvimento previstos no mandato original da rodada, demonstra a CNA.

Para a agricultura brasileira, as conquistas obtidas na reunião realizada no Quênia representam, de fato, o começo de um trabalho capaz de eliminar, de uma vez por todas, as distorções que ocorrem sistematicamente no comércio internacional de bens agropecuários. A CNA vai seguir impulsionando e apoiando o governo brasileiro nesse grande desafio de garantir um fluxo de comércio internacional mais justo e equilibrado entre as nações.

Fundo árabe investe R\$ 750 milhões na Minerva. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 23/12/2015.

Terceira maior empresa de carne bovina do país, a Minerva Foods receberá um aporte de R\$ 750 milhões da Saudi AgriculturalandLivestockInvestment (Salic), gestora de recursos fundada em 2012 pelo Reino da Arábia Saudita para investir em agronegócios. Como adiantou o Valor PRO, serviço de informações em tempo real do **Valor**, o aporte fará da Salic a segunda maior acionista da Minerva, com quase 20% de participação.

Anunciada ontem pela empresa brasileira, a transação é a primeira dos árabes envolvendo frigoríficos no Brasil e representa uma oportunidade para a Minerva estreitar relações com a Arábia Saudita, que recentemente reabriu seu mercado à carne bovina in natura brasileira e promete ser uma alavanca para as exportações do país em 2016.

Em entrevista ao Valor no fim da noite de ontem, o presidente da Minerva, Fernando Galletti de Queiroz, afirmou que os recursos que serão recebidos da Salic serão usados para acelerar o processo de expansão da companhia na América do Sul.

O executivo reforçou a intenção de fazer aquisições na Colômbia e no Paraguai. A Argentina, antes encarada com reticência, agora é também um alvo para as aquisições. Mas Galletti ressaltou que não há negociações em curso. De acordo com ele, a mudança de governo na Argentina fez do país "um ambiente mais atrativo".

A operação com a Salic está em linha com o modelo de negócios da Minerva, focado nas exportações. Hoje, 75% da receita bruta da empresa é gerada por vendas no exterior. Como um todo, a Minerva prevê fechar 2015 com receita líquida entre R\$ 9,5 bilhões e R\$ 10,5 bilhões.

O investimento na Minerva também é o primeiro da Salic na América Latina. De acordo com o CEO da empresa árabe, Abdullah Aldubaikhi, a compra da participação "assegura" o objetivo que o grupo tinha na área de carnes. Na área de grãos, a Salic negocia neste momento com três empresas no Brasil, afirmou o executivo saudita.

Para viabilizar o aporte da Salic, a Minerva fará um aumento de capital de 48 milhões de ações. O grupo saudita pagará R\$ 15,60 por ação. Assim que a operação for concretizada, o que deve ocorrer até o início de março, um novo acordo de acionistas entrará em vigor, conforme o diretor financeiro da Minerva, Edison Ticle.

Atualmente, o controle da empresa brasileira é exercido por meio de um acordo entre a VDQ Holdings - veículo de investimento da família Vilela de Queiroz -, que tem 32,8% das ações da Minerva Foods, e a BRF, que detém 15,1%. Com a entrada da Salic, a BRF continuará como acionista, mas deixará o bloco de controle e não terá membros no conselho de administração. Nesse processo, a BRF abrirá mão do poder de veto que ainda tem.

Se apenas a Salic participar do aumento de capital da Minerva, o grupo saudita ficará com uma fatia de 19,95% em seu capital e indicará três membros para o conselho de administração. A VDQ, por sua vez, reduzirá sua participação para 27%, enquanto a BRF ficará com 12%. Na nova estrutura, em que o bloco de controle da Minerva será dividido entre VDQ e Salic, a VDQ indicará cinco membros para o conselho.

Do ponto de vista estratégico, a entrada da Salic no capital da Minerva pode ser um diferencial nas exportações para o Oriente Médio. "Com um parceiro local, você tem oportunidades de conhecer e estar mais próximo do mercado", afirmou Galletti de Queiroz. Atualmente, as exportações para o Oriente Médio já são relevantes para a Minerva. No período de doze meses encerrado em setembro, a região absorveu 19% das exportações de carne bovina da companhia - além do Brasil, a Minerva também exporta a partir de Paraguai e Uruguai. A companhia também conta com um frigorífico na Colômbia, mas a unidade, adquirida este ano, exporta muito pouco.

Pelas estimativas da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), a receita com vendas de carne bovina in natura à Arábia Saudita e aos países do Oriente Médio que acompanham as regras sanitárias do país (Bahrein, Kuwait e Catar) deverão render cerca de US\$ 230 milhões aos frigoríficos brasileiros em 2016. Com a Salic, a Minerva terá boas condições para abocanhar parte relevante do mercado recém-aberto pelos sauditas.

Na área financeira, Ticle disse que os recursos a serem aportados pela Salic contribuem para a redução da alavancagem da companhia. Segundo ele, considerando o Ebitda anualizado da Minerva no terceiro trimestre, seu índice de alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda) caiu de 3,8 vezes para 3 vezes com o aporte da companhia saudita.

O executivo assegurou, no entanto, que os recursos da Salic não eram necessários para fazer frente à elevação da dívida da empresa provocada pela alta do dólar ante o real - 77% da dívida total da Minerva estava exposta ao dólar no fim de setembro. O objetivo do acordo, disse, é mesmo acelerar os planos de crescimento.

De acordo Ticle, a empresa já teria reduzido a alavancagem não fosse a valorização do dólar. Além disso, o prazo de pagamento das dívidas está suficientemente alongado - menos de 20% do total vence em 12 meses, e a maior parte da dívida só vencerá em 2023. A receita em dólar com as exportações também é um trunfo da companhia, destacou o executivo.

Menos carbono. Celso Ming – Jornal O Estado de São Paulo. 27/12/2015

O acordo da Conferência Global do Clima de Paris, a COP-21, fechado no início do mês, determinou que se fizessem mais investimentos em direção a uma economia global de baixo carbono. Esta coluna aponta para alguns dos caminhos que podem ser agora percorridos.

Com o objetivo de diminuir as emissões de gases de efeito estufa e cumprir as metas com as quais se comprometeram, 195 países terão de apostar mais fichas não só na ampliação da participação das fontes de energias renováveis, mas também em torná-las cada vez mais eficientes.

Para enfrentar esses investimentos, os signatários do acordo avançaram na criação de um fundo de US\$ 100 bilhões por ano, formado por contribuições dos países mais ricos, que começarão a ser arrecadadas em 2020. Esses recursos se destinarão ao financiamento de projetos a serem implantados em países em desenvolvimento.

No momento, as iniciativas apontam para a concentração de projetos de produção de energia eólica e de energia solar. O professor de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ Luiz Pinguelli Rosa destaca essas duas fontes renováveis como as que mais vêm mostrando avanços tecnológicos e ganhos de escala. “Quando o Brasil passou a adotar a energia eólica em 2004, os custos eram estratosféricos. Agora, equivalem aos de usinas termoeletricas a gás natural, graças aos avanços tecnológicos.”

Um desses avanços foi a adoção de torres eólicas mais altas. Há alguns anos, não passavam de 50 metros de altura; agora ultrapassam os 100 metros. É uma alteração que amplia o aproveitamento da força do vento e permite um aumento significativo do chamado fator de capacidade (relação entre o GWh gerado e a potência instalada). É o que confere mais eficiência dessa fonte no Brasil em relação à encontrada em outros países. O Brasil é o 10.º maior produtor de energia eólica do mundo, o que corresponde a 5% da nossa matriz energética.

A energia solar no Brasil compõe uma fatia de apenas 0,01% na matriz energética, mas seu potencial é gigantesco. Os especialistas do setor apostam em que o grande salto do uso dessa fonte no País acontecerá no segmento de geração distribuída, que é aquela em que cada consumidor produz sua própria energia solar. É uma solução que dispensa a construção de redes de transmissão e evita perdas de energia.

O Ministério de Minas e Energia, que, no último dia 15, lançou o programa de geração distribuída com ênfase na energia solar, calcula que 2,7 milhões de consumidores brasileiros (residências, comércio, indústria, etc.) estarão em condições de gerar energia própria até 2030.

Se esses números são excessivamente otimistas ainda não se sabe. Mas é fato que os custos vêm caindo, graças ao ganho de escala na produção de equipamentos, principalmente os painéis fotovoltaicos, que convertem a energia do Sol em energia elétrica. A principal explicação para esse recuo de custos é a ampliação do seu uso pela China.

Outra aposta que sempre vem à tona quando o assunto é a redução de emissões de gases poluidores é o investimento em veículos elétricos. Como já mencionado outras vezes nesta Coluna, o incentivo a esse tipo de veículo pode não trazer o resultado esperado. Se a energia elétrica que abastece esses carros provem da queima de combustíveis fósseis, os gases poluentes apenas trocarão os escapamentos dos veículos pelas chaminés das usinas térmicas. Outro desafio consiste em desenvolver baterias eficazes para esse tipo de veículo. “Esse é um campo ativo de pesquisa. A bateria de lítio utilizada hoje é basicamente a mesma desde meados do século 19. Houve pouco avanço nessa área”, diz o professor José Goldemberg, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (IEE/USP). Para ele, melhor do que despejar dinheiro em carros elétricos no Brasil seria reabilitar o programa do etanol. “Se dobrássemos a produção de etanol no Brasil, poderíamos reduzir as emissões do sistema urbano em 10%. É uma contribuição importante”, defende. Com LAURA MAIA

Após venda de 20% para fundo árabe, S&P mantém rating da Minerva – Valor Econômico. 27/12/2015.

SÃO PAULO - A agência de classificação de risco Standard & Poor's afirmou hoje que a nota de crédito da Minerva Foods e a perspectiva não são imediatamente afetadas logo após o anúncio de que a gestora saudita Salic fará um aporte de R\$ 750 milhões no frigorífico. A nota atual da agência para a companhia é “BB-“ na escala internacional, com perspectiva estável, e “brA” na escala nacional, também com perspectiva estável.

A injeção de capital no caixa da Minerva vai impulsionar as ações e sua já “forte” posição de caixa, na avaliação da S&P. Porém, a agência estima que esse aporte apenas aliviará as pressões sobre os indicadores de crédito da empresa.

A S&P considera que, apesar do uso contínuo do fluxo de caixa pela Minerva para reduzir a alavancagem, a depreciação de cerca de 50% do real neste ano pesou sobre os indicadores de crédito porque sua dívida está em moeda estrangeira.

Ainda assim, a agência avalia que, se a transação for aprovada e ocorrer nos próximos meses, vai ajudar os indicadores de crédito da Minerva a alcançarem gradualmente a estimativa da S&P de uma alavancagem de 5 vezes a dívida bruta sobre o Ebitda em 2016, ante 9 vezes em 30 de setembro de 2015.

(Dow Jones Newswires)

Exportações por portos do Arco Norte aumentam 51% de janeiro a novembro deste ano – MAPA. 28/12/2015.

Embarques de soja e milho pela região atingiram 18,2 milhões de toneladas.

O escoamento de grãos pelos portos do Arco Norte – Amazonas, Bahia, Maranhão e Pará – cresceu 51% de janeiro a novembro deste ano, em relação ao mesmo período de 2014, segundo o Departamento de Infraestrutura, Logística e Geoconhecimento para o Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A expectativa do Mapa é que os quatro estados possam embarcar 25,5 milhões de toneladas em 2016.

Os portos que compõem o Arco Norte são os de Itacoatiara (AM), Salvador e Ilhéus (BA), São Luis (MA) e Barcarena e Santarém (PA). De janeiro a novembro, eles embarcaram mais de 18,2 milhões de toneladas de soja e milho, antes 12 milhões de

toneladas exportadas em igual período de 2014. “Isso mostra que os exportadores estão preferindo a porta de embarque pelo Norte e Nordeste”, diz Carlos Alberto Nunes Batista, assessor do Departamento de Infraestrutura, Logística e Geoconhecimento do Mapa.

A estimativa de que a capacidade de exportação do Arco Norte aumente em mais de 40% no próximo ano se baseia em dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A estatal projeta uma colheita de 102,5 milhões de toneladas de soja, com embarques de 72 milhões de toneladas. A empresa também prevê uma safra de 72 milhões de toneladas de milho, com vendas externas de 30 milhões de toneladas.

“A expansão dos portos acima do Paralelo 16º Sul contribui para a redução do custo logístico na exportação. Com isso, há menor pressão sobre os portos do Sul e Sudeste, devido à proximidade com as áreas de grande produção de grãos, como o Mato Grosso”, assinala Carlos Alberto Nunes Batista.

De acordo com ele, a melhoria da logística de escoamento pelo Arco Norte pode reduzir em quase US\$ 50 por tonelada o custo logístico – porteira/porto de embarque –, favorecendo as exportações de milho e soja em larga escala e beneficiando principalmente os produtores situados a cerca de 2 mil quilômetros dos atuais embarcadouros do Sul e do Sudeste.

Exportadores de frutas buscam novos mercados. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 28/12/2015.

Após um ano em que as exportações brasileiras de frutas foram beneficiadas pela forte desvalorização do real, os produtores do país apostam agora na abertura de novos mercados para continuar ampliando os embarques a taxas acima de dois dígitos nos próximos anos.

Estão na mira países como China, Japão e Estados Unidos, que mantêm barreiras tarifárias e fitossanitárias às frutas brasileiras, além da Rússia, que ainda precisa de fontes alternativas de abastecimento diante das barreiras derivadas de divergências de Moscou com a União Europeia e, mais recentemente, também com a Turquia.

Nesse contexto, a expectativa de Luiz Roberto Barcelos, presidente da Abrafrutas, é que as vendas de frutas frescas brasileiras ao exterior alcancem 700 mil toneladas, ou US\$ 850 milhões, em 2016. A entidade reúne produtores e exportadores que representam quase 90% da receita dos embarques do segmento. Em 2015, estima Barcelos, serão, no total, 650 mil toneladas, ou US\$ 750 milhões.

O dirigente lembra que a diversificação de destinos também é vital para diluir na balança o peso da União Europeia, que hoje absorve 90% das exportações do Brasil.

Ele observa que o acordo que está mais perto de ser fechado é com a China, que recebeu neste ano a documentação necessária para derrubar a barreira fitossanitária que impõe à melancia brasileira e, em janeiro, enviará ao país uma missão para inspecionar a produção. A Abrafrutas espera que o Brasil forneça melancia à China, onde o consumo per capita da fruta chega a 42 quilos ao ano, durante o inverno no país asiático, quando não há produção local.

Os exportadores também esperam que em breve o Japão aceite os certificados sanitários do Brasil para autorizar a exportação de melão. Esperava-se que a ministra da

Agricultura, Kátia Abreu, anunciasse a abertura em viagem que estava agendada para dezembro para aquele país, mas a visita foi cancelada.

Uma vez derrubadas as barreiras sanitárias, as exportações aos dois países asiáticos também poderão ser beneficiadas pela reforma do canal do Panamá, que deverá ser concluída em junho. Além do custo menor com frete, com o "novo" canal as frutas levarão 10 dias a menos para chegar a esses mercados.

Outra frente de batalha dos fruticultores está nos EUA. Os exportadores reunidos na Abrafrutas contrataram o escritório de advocacia King&Spalding para convencer os congressistas americanos a ampliarem a janela de isenção de tarifa para a importação de melão brasileiro, hoje restrita para entre dezembro a maio. Na prática, porém, o Brasil só consegue exportar até janeiro, por causa da sazonalidade da produção.

Fora dessa janela, a fruta do Brasil entra nos EUA com tarifa de 28%, enquanto países da América Central estão isentos "Queremos ampliar o período de isenção em ao menos dois meses, a partir de outubro, quando começa a esfriar nos EUA e não há produção por lá", diz Barcelos. A maior abertura americana ao melão brasileiro poderia elevar os embarques da fruta em 240 mil toneladas por ano, ou cerca de US\$ 200 milhões, afirma o executivo.

Os EUA também mantêm barreiras fitossanitárias para abacate, limão e mamão brasileiros. No caso do abacate, a Abrafrutas contratou uma consultoria para identificar as exigências das autoridades americanas e, provavelmente, os produtores terão que entregar um plano de controle de pragas para conseguir aval.

Na avaliação de Barcelos, o Brasil tem potencial para exportar US\$ 150 milhões por ano em abacate aos americanos. No caso do limão, o fim da barreira permitiria embarques da ordem de US\$ 100 milhões, diz ele.

Os EUA já permitem a entrada de mamão de algumas regiões do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo, mas há outras ainda impedidas. Caso se confirme a derrubada das barreiras, há potencial para elevar as exportações em US\$ 50 milhões.

No caso da Rússia, em novembro comitiva formada pela maior rede de supermercados (Magnit/Tander) e pelas duas maiores importadoras de vegetais (Nevskaya e FriendFruits) do país veio ao Brasil e se reuniu com executivos da Abrafrutas e da Apex. A reunião ainda não rendeu frutos, mas deve resultar em contratos no próximo ano. A fruta brasileira mais promissora para os russos é a maçã.

Americana Gavilon e paranaense Moageira criam trading de trigo. Mariana Caetano e Carolina Oms – **Valor Econômico, Agronegócios. 29/12/2015.**

A superintendência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou ontem, sem restrições, a formação de uma joint venture entre a Gavilon do Brasil e a paranaense Moageira e Agrícola, que atuará na armazenagem e comercialização de trigo. Na prática, a joint venture oficializa uma parceria que, operacionalmente, já existia entre as duas empresas.

A expectativa do mercado é de que a nova companhia, batizada de Moageira Irati Cereais, movimentará 150 mil toneladas de trigo por ano, o equivalente a cerca de 3% da produção brasileira, hoje no patamar de 5 milhões de toneladas. Cada sócia terá 50% da nova empresa, que vai operar como trading. A parceria não inclui o moinho de trigo da

companhia paranaense, também localizado no município de Irati (PR), com capacidade de processamento de 300 toneladas do grão por dia.

Pertencente à família Vosnika, a Moageira, que fatura R\$ 140 milhões por ano, é tradicionalmente uma processadora de trigo, mas gradativamente passou também a atuar como trading, adquirindo o cereal de produtores do Sul do país. Com isso, ampliou sua infraestrutura de armazenagem e seus processos de beneficiamento da commodity.

Já a Gavilon, sediada nos Estados Unidos e controlada pela gigante japonesa Marubeni, é voltada à origem, ao armazenamento e à distribuição de grãos, e previa faturar US\$ 2,5 bilhões no país este ano, com a movimentação de pouco mais de 6 milhões de toneladas de soja, milho e trigo. Nos Estados Unidos, a empresa é a maior trading de trigo do país, com foco na origem direta do produtor.

Fontes do setor avaliam que a parceria com a empresa do Paraná, que é o maior Estado produtor de trigo do Brasil, é o primeiro passo para que a americana também ganhe mercado com o cereal no país. Globalmente, a expectativa da Gavilon é elevar sua movimentação anual de grãos das atuais 70 milhões para 100 milhões de toneladas até 2020.

Nos últimos anos, a Moageira registrou um excedente de grãos adquiridos em relação à sua capacidade de moagem, o que levou à necessidade de revenda do trigo a outros moinhos. "A Gavilon (...) deseja agregar esforços junto à Moageira para consolidar a carteira de produtores e fornecedores (...) para sua posterior venda a terceiros no Brasil e no exterior", afirmou a companhia, no documento encaminhado ao Cade.

A joint venture prevê ainda a compra de dois armazéns, um em Irati e outro em Ipiranga, ambas no Paraná. Hoje, a maior parte dos armazéns operados pela Moageira e Agrícola é arrendada. (Colaborou Fabiana Batista).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria



**Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**



**Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa